

Transcrição da 425ª ROP CONSEMA

1
2
3 **00:01:52 Anselmo Guimarães (Secretaria Executiva):** Bom dia senhor presidente, demais amigos
4 que nos acompanham pela internet, a mesma declara abertos os trabalhos da 425ª reunião ordinária
5 do Plenário do CONSEMA, que tem a pauta conhecida e distribuída no prazo regimental a todos os
6 senhores. Informo aos presentes que a presente reunião está sendo transmitida ao vivo pela página do
7 *YouTube*, na página “@semilsp”. A reunião fisicamente ocorre nas dependências do CONSEMA, o
8 Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência pela
9 plataforma *Microsoft Teams*, que nós temos alguns conselheiros que estão conosco aqui, tanto
10 presencialmente, como também online. Queria registrar a presença e a participação da deputada
11 Marina Helou, que sempre tem acompanhado as nossas plenárias do CONSEMA. Está aqui conosco
12 Carlos Henrique Oliveira, também o seu assessor está aqui presente. Depois, quando a deputada
13 entrar, a gente abre a palavra para ela fazer sua saudação. Obrigado pela participação. Bom, em
14 continuidade ao Expediente Preliminar, nós passamos a aprovação da ata referente à 424ª reunião do
15 plenário, foi distribuída no prazo regimental a todos os conselheiros, razão pela qual peço ao plenário
16 que se dispense a leitura e fica, portanto, considerada aprovada pela presidência. Nós vamos passar
17 agora com a palavra, hoje na presidência do CONSEMA, o subsecretário de meio ambiente, Jonatas
18 Trindade, para que possa fazer os seus informes e também pronunciamentos e sua saudação inicial.
19 Muito bom dia, subsecretário, nosso presidente hoje da reunião. Obrigado.
20

21 **00:03:38 Jonatas Trindade:** Bom dia a todos. Agradecer a presença de cada um aqui nesse dia tão
22 intenso, eu acho que sempre são bem intensas as reuniões do CONSEMA, tem sido bastante
23 proveitosas para todos, eu acredito, para a gente, principalmente, porque retroalimenta nosso
24 trabalho. Gostaria de falar rapidamente as principais matérias que foram tratadas. Eu não vou destacar
25 todas, mas vou destacar algumas, por exemplo, a questão do Programa Nascentes, que promove a
26 restauração de 520 hectares na região de Piracicaba, que foi encaminhado para os senhores e senhoras
27 também por e-mail. Um estudo pioneiro que está sendo desenvolvido no Cerrado Paulista para
28 quantificar o carbono que é retido no solo, que o Cerrado, ele tem as plantas do Cerrado, as árvores
29 do Cerrado, ela tem essa característica de ter raízes profundas, e acaba sendo favorável em relação à
30 questão da retenção de carbono no solo. E tem-se desfeito esse trabalho com apoio de universidade,
31 e coordenado e conduzido pelo IPA (Instituto de Pesquisas Ambientais), por especialistas do IPA. É
32 um trabalho que tem uma relevância importante para todos nós. Além disso, nós estamos com a
33 consulta pública para o PMVA (Programa Município VerdeAzul, eu passo a palavra para Natalia
34 para explicar um pouquinho dessa dinâmica, desse trabalho, que é importante para aprimoramento
35 do Programa Município VerdeAzul, e a relevância desse trabalho para a Secretaria, para as políticas
36 públicas municipais.
37

38 **00:05:18 Natália Micossi (CPLA):** Bom dia a todos. A gente está então com um processo aberto da
39 consulta pública do PMVA para aprimoramentos. A gente gostaria de contar com a divulgação aqui
40 dos conselheiros e de quem está nos assistindo. A consulta fica aberta até o dia 25 de setembro, e a
41 gente está com boas notícias em relação ao PMVA. A gente, nesse ciclo atual, a gente está com 412
42 adesões, então a gente conta com o apoio de todo o mundo para esse processo de aprimoramento no
43 Programa.

44
45 **00:05:57 Jonas Trindade:** Tem também mais outra consulta, na verdade, foi aberto um
46 chamamento para formação de monitores ambientais autônomos, a adesão foi bem significativa, eu
47 estava aguardando o Rodrigo, que ainda não chegou, para poder informar os números de adesão, mas
48 teve uma adesão significativa e importante na formação de monitores ambientais autônomos, então,
49 é uma demanda que eu acho que tem tido ao longo do tempo, a Fundação tem se esmerado em
50 possibilitar esse tipo de informação, e possibilita fortalecer a visitação aos parques do estado de São
51 Paulo, isso é algo que é bastante estruturante e importante para nós. Em relação a questão de
52 saneamento e recursos hídricos, tem uma ação específica, que é importante também para a Secretaria,
53 que a Sabesp assegurou um financiamento de 940 milhões para o projeto Integra Tietê. Nós temos
54 um fórum de integração para discussão do Integra Tietê, temos a Samantha aqui coordenando esse
55 fórum. É um fórum que tem esse objetivo de planejamento, estruturação e acompanhamento dos
56 projetos direcionados ao Tietê, e a parte ambiental também tem uma pegada, em especial, na questão
57 de restauração das Áreas de Preservação Permanente do Tietê, com foco no Alto Tietê, lógico, no
58 todo do Tietê, mas com um foco especial no Alto Tietê. Tem também uma proposta que foi divulgada
59 no Dia Mundial do Meio Ambiente, de estruturação de parques, no entorno do Tietê, nós temos alguns
60 projetos, e está previsto no nosso PPA a implantação e melhoria de dois parques urbanos no entorno
61 do Tietê para que fortaleça também a visitação nessas áreas que são tão relevantes para a comunidade,
62 em especial para as comunidades carentes. E aí, pra finalizar, em relação a essa questão do que foi
63 noticiado no site da SEMIL, o Governo de São Paulo e a ANA, Agência Nacional de Águas e
64 Saneamento assinaram um acordo para aprimorar a gestão dos recursos hídricos no estado de São
65 Paulo. Tem um acordo que visa ampliar ou melhorar essa gestão compartilhada, ou de forma assistida,
66 com a Agência Nacional de Águas, em especial em relação à questão de segurança de barragens, e
67 em relação também ao monitoramento de qualidade de águas, então é outro trabalho relevante que a
68 gente entende que vai trazer um resultado positivo para essa gestão hídrica no estado de São Paulo.

69
70 **00:09:03 Anselmo Guimarães:** Obrigado, senhor presidente Jonas. Em continuidade, tenho alguns
71 comunicados aqui pela Secretaria Executiva. Inicialmente, queria convidar todos os conselheiros e
72 toda a sociedade para participar das próximas Audiências Públicas convocadas pelo CONSEMA. A
73 primeira delas é no dia 14 de setembro, sobre a Proposta de Ampliação da Floresta Estadual e da
74 Estação Ecológica de Assis, de responsabilidade da Fundação Florestal, lá no município de Assis. No
75 dia 23 de agosto, essa aqui na zona norte do município de São Paulo, que é o EIA Rima do
76 empreendimento Ampliação da Atividade de Extração de Granito e Saibro, de responsabilidade da
77 Basalto Pedreira, unidade Cachoeira. Ambas têm início às 17 horas, e para consultar o edital de
78 convocação e outras informações de participação, solicitamos acessar a página eletrônica
79 www.semil.sp.gov.br/consema. Lá tem as informações mais detalhadas sobre o edital de convocação
80 e as inscrições para participação. Em sequência, à mesa declara empossado o conselheiro major PM
81 Júlio César Araújo da Silva, na qualidade de membro suplente do comando de policiamento
82 ambiental da Secretaria de Segurança Pública, em complementação ao mandato do major Guilherme
83 Dartagnan de Carvalho e Silva Boppré, nomeado por ato do governador, publicado no Diário Oficial
84 de 29 de julho de 2023. Registramos nossas boas vindas aqui ao major Júlio César. Na verdade, o
85 retorno a esse plenário do CONSEMA. Seja bem-vindo novamente, sua presença sempre engrandece
86 os nossos trabalhos. E agradecemos ao major Guilherme Boppré também pelo excelente trabalho

87 prestado aqui junto a nós no CONSEMA. Nós vamos passar agora aos 30 minutos de fala divididos
88 entre os conselheiros para tratativas de assuntos de interesse geral. Nós temos aqui previamente
89 inscritos já alguns conselheiros, senhor secretário, que é o Roberto Resende, também o Beloyanis
90 Monteiro, nós temos o Andrés também inscrito para fazer uso da palavra. Nós temos a conselheira
91 Rosa Ramos, tem o conselheiro Rodrigo Levkovicz, conselheira, Cristina Murgel, conselheiro Paulo
92 Nelson, a Gilda e também Fernando Prioste. Mas algum inscrito? Perfeito, nós temos aqui nove
93 conselheiros inscritos, nós temos então aqui três minutos e meio aqui, três minutos com uma
94 conclusão para cada um dos conselheiros que forem usar a palavra. Vou abrir aqui para essa tríade,
95 Roberto Resende, Beloyanis e Andrés, que já informaram que cederiam a palavra para o Cláudio
96 Maretti, também para o lanche da região de Atibaia para fazer uma exposição, mas vou passar
97 primeiro a palavra oficialmente para o Roberto Resende.

98
99 **00:12:26 Roberto Resende (Instituto Iniciativa Verde):** Bom dia a todos, obrigado aqui. Eu vou,
100 como o Anselmo já adiantou, a gente vai compartilhar aqui a palavra para os representantes da
101 sociedade civil de Atibaia. Então, já, sem mais delongas.

102
103 **00:12:48 Cláudio Maretti:** Bom dia, prazer estar aqui nessa casa. Um conselho histórico tão
104 importante, rever colegas e amigos, agradecer especialmente ao Roberto, Belo e Andrés pela cessão
105 da palavra. Nós vimos aqui, e eu solicitaria passar umas imagens, falar de uma proposta de construção
106 de uma estrutura chamada Sky Bridge, que é uma construção de cerca de 16 metros de altura, uns 30
107 metros de comprimento, para uma passarela com vidros na Pedra Grande, que é um monumento
108 natural estadual. Se eu não estou equivocado, o Plano de Manejo das Unidades de Conservação do
109 contínuo Cantareira foram aprovados por este conselho. E, no nosso entendimento, é que desde a
110 Constituição a responsabilidade no caso do governo estadual em proteger o meio ambiente de
111 qualidade sadia, a própria lei do SNUC, o Decreto de criação da Unidade de Conservação e o seu
112 Plano de Manejo permitem estruturas de visitação, mas não que comprometam a paisagem da Pedra
113 Grande. A paisagem da Pedra Grande é apreciada pela cidade de forma muito proeminente. Ela consta
114 no próprio brasão da cidade, ela foi palco de um movimento da sociedade 40 anos atrás, em defesa
115 da Serra de Itapetinga, que gerou o tombamento estadual pelo Condephaat e, em 2010, a criação desse
116 conjunto de Unidades de Conservação, inclusive o monumento natural estadual. Monumento natural
117 cuja categoria de Unidade de Conservação, além da biodiversidade, protege a paisagem. Além disso,
118 nessa área, ocorre tradicionalmente a atividade do voo livre. Nós temos aqui conosco uma série de
119 organizações, inclusive dois representantes do Clube Atibaiense de Voo Livre, e da Confederação
120 Brasileira de Voo Livre, além do Salve Atibaia, que luta pela qualidade do município, Coletivo
121 Socioambiental, Ata Cultural, Coletivo Teia Colaborativa, Coletivo pelo Córrego do Onofre, entre
122 uma série de outras organizações. Nosso entendimento é que a legislação não permite o que a
123 sociedade não quer. Já houve um conjunto de manifestações na cidade, passeatas, manifestações na
124 frente do largo da matriz, reunião com o prefeito, abaixo assinado, várias dessas organizações já
125 encaminharam à Cetesb para que a Fundação Florestal e o Condephaat e a Cetesb neguem essa
126 solicitação. Foi feito já uma sondagem, uma autorização preliminar, a Pedra, portanto, já foi furada,
127 que no nosso entendimento não deveria ter ocorrido, uma vez que a estrutura não seria permitida na
128 área. Nós entendemos que esse movimento pode ser feito em favor das Unidades de Conservação.
129 Existe ali uma intenção de turismo, nós temos um documento colaborativo construído na cidade, no

130 município e região, defendendo, por exemplo, turismo sustentável, integrado, com escolas de forma
131 de aprendizagem e que permita a integração dos visitantes com a natureza. Não seria esse tipo de
132 turismo, através de uma plataforma com cinco minutos de visitação, para fazer uma selfie, que geraria
133 uma integração com a natureza, uma reconexão e a percepção da importância da natureza para a vida
134 humana. Então, a nossa proposta é que haja, junto com o processo que está em andamento, de
135 pavimentação do acesso, de construção da guarita, até a proposta que já existe de construção de um
136 centro de visitantes e de banheiros e etc., para essa visitação que chega a milhares, 2, 3, 4 mil, alguns
137 fins de semana mais demandantes, que essa estrutura, que já está aprovada com recursos do estado,
138 através dos fundos de turismo, da ADTur, que ela seja implementada, mas que a capacidade da
139 Fundação Florestal, nas Unidades de Conservação da região seja fortalecida. Nós temos ali um
140 monumento natural, estadual da Pedra Grande. Temos o parque estadual do Itapetinga, que
141 praticamente contorna o monumento estadual, e temos a APA do Sistema Cantareira, que pega o
142 restante do município e outros municípios da região. E há uma série de demandas. Precisamos
143 estabelecer pessoal para a guarita, para o centro de visitantes, para limpeza, monitores para uma
144 visitação adequada, combate a incêndios que, dado as formações rupestres, são muito comuns naquela
145 região, e a própria vigilância, mas sobretudo, para o desenvolvimento das atividades dos outros
146 atrativos turísticos. O próprio Plano de Uso Público tem pelo menos meia dúzia de áreas prioritárias,
147 a Pedra do Coração, as estradas municipais vicinais rurais, as trilhas que foram melhoradas por um
148 projeto em parceria com a prefeitura e uma ONG local, a Simbiose, estão novamente se deteriorando,
149 com erosão, sinalização, se perdendo. Portanto, o nosso entendimento em uma solicitação ao
150 Conselho Estadual de Meio Ambiente do estado de São Paulo, que se pronuncie contrário com uma
151 recomendação contrária, obviamente, o processo de licenciamento passará pela Cetesb com consulta
152 à Fundação Florestal, ainda não ocorreu, neste momento só foi autorizado a sondagem preliminar
153 para os estudos, mas que esse conselho pudesse se pronunciar contrário à construção de uma estrutura
154 que altera justamente a beleza do Mirante, que já é natural, que não promove uma visitação de
155 integração, que não propicia um turismo integrado sustentável para a região e de reconexão da
156 sociedade com a natureza, que ao mesmo tempo recomende o fortalecimento da capacidade da
157 Fundação Florestal na região e parceria com a prefeitura, assim como ocorre, por exemplo, no
158 monumento natural da Pedra do Baú e outros. Então essa é nossa manifestação, traz também a defesa
159 da atividade do voo livre, que além de tradicional, tem daquela região de Atibaia, pessoas praticantes
160 com liderança Internacional, acabaram de ter terceiro lugar no campeonato internacional, já tivemos
161 situações melhores. E essa estrutura traz risco à própria atividade de voo livre, os próprios voadores,
162 e aqui presentes têm manifestado isso por escrito, e em manifestações públicas. Essa, portanto, é a
163 nossa declaração em nome da sociedade, é um movimento super integrado, com uma dúzia ou mais
164 de associações, coletivos e etc., e a nossa solicitação de posicionamento é do Conselho Estadual, da
165 Fundação Florestal, e da Cetesb. Não sei se os colegas querem acrescentar alguma coisa ou se tem
166 algumas perguntas que a gente estaria à disposição para responder. Muito obrigado, então ficamos à
167 disposição.

168
169 **00:20:43 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela participação. Então ele falou aqui pelos tempos
170 do conselheiro Roberto Resende, Beloyanis, Gilda e Andrés. Tem mais algum tempo remanescente,
171 quer fazer alguma conclusão sobre o assunto? Podemos chamar o próximo conselheiro? Perfeito,

172 obrigado. Está aqui o Rodrigo Levkovicz. Eu acho que é importante, até oportuno, já prestar alguns
173 esclarecimentos iniciais. Seja bem-vindo, conselheiro.

174
175 **00:21:10 Rodrigo Levkovicz (FF):** Bom, primeiro é cumprimentar o Cláudio Maretti, nosso amigo,
176 e é uma atuação que a gente respeita muito, viu Cláudio? Acho muito bom você estar aqui falando.
177 A gente até tinha comentado que nós divergimos em relação a sondagem, só, né. Você acha que, de
178 prévia, não poderia, e no nosso entendimento foi no sentido de que a sondagem, seria possível. Mas
179 só para tranquilizar a todos, em relação à sondagem, a Cetesb consultou a Fundação Florestal. Foram
180 colocadas algumas condicionantes de não ter supressão de vegetação, e a gente queria saber se é
181 possível ou não. O empreendimento em si, ele vai demandar um procedimento de licenciamento no
182 qual a Unidade de Conservação vai ser ouvida, e ouvida com o seu conselho, um conselho
183 amplificado, a gente não vai ser leniente nesse debate social, caso haja esse pedido, né? Acho que
184 isso é importante trazer. E também vamos analisar a questão de ambiência para ver se os impactos
185 estéticos a monumento vão ser afetados. Então, a gente está numa fase preliminar, não tem uma
186 análise técnica, ela vai ser feita e, além disso, em conjunto com a sociedade. Então tudo isso que
187 vocês estão trazendo, uso múltiplo, ouvir a sociedade, ouvir os requerimentos de quem está lá todo
188 dia, isso vai ser muito importante para a gente, então assim, fiquem tranquilos, porque esse vai ser
189 um debate amplificado, caso haja o pedido, tá? E também teremos uma análise técnica para olhar
190 ambiência, uso múltiplo, aspecto estético. Então, só dando esse feedback e agradecendo a presença e
191 os ensinamentos de sempre. Obrigado.

192
193 **00:22:51 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Ainda tem tempo, pode falar.

194
195 **00:22:56 Cláudio Maretti:** Só pra agradecer, porque, de fato, a Fundação Florestal já chamou uma
196 reunião do Grupo de Trabalho de uso público, que já analisou o caso, está encaminhando para
197 segunda-feira uma reunião do conselho do monumento natural estadual da Pedra Grande, que vai se
198 manifestar sobre esse caso. Portanto, obrigado à Fundação Florestal por dar esse espaço.

199
200 **00:23:16 Marcelo Lash:** Só para concluir, eu sou Marcelo Lash, do Salve Atibaia, junto com o
201 pessoal do voô livre e outras associações, queria agradecer o espaço e também colocar que há uma
202 petição pública que já tem mais de 20 mil assinaturas, e todos os movimentos que a gente fez nos
203 últimos 40 dias na região tem tido ressonância da sociedade e apoiando o “Na Pedra Grande Não”.
204 Eventualmente, a gente tem propostas para o na “Na Pedra Grande Sim”, a gente apresentou e
205 protocolou todos os documentos. Agradeço o espaço e parabéns.

206
207 **00:23:56 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Marcelo Lash, Cláudio Maretti, obrigado, Rodrigo,
208 pelo pronto esclarecimento. Vamos retomar, então, agora a nossa ordem de inscrições, vou convidar
209 aqui o conselheiro Paulo Nelson do Rego para fazer uso da palavra.

210
211 **00:24:07 Paulo Nelson do Rego (Instituto Educa Brasil):** Bom dia a todos. Inicialmente, eu
212 gostaria de fazer um pedido de esclarecimento para o Rodrigo da Fundação Florestal, como é que se
213 daria o apoio da Fundação à Unidade de Conservação municipais que foram criadas e não tem plano
214 de manejo e não tem nenhum tipo de apoio? Então assim, mais no sentido que a gente está querendo

215 fomentar algumas unidades que estão criadas e que a gente sabe que o município às vezes fica leniente
216 sobre isso e que a gente gostaria de ter a parceria da Fundação para saber como fomentar. Eu queria
217 agora passar a minha palavra para o Pedro Cappelletti, aqui de São Roque, que ele tem algumas
218 considerações sobre o plano diretor, e eu acho muito importante que a nossa bancada esteja dando
219 voz a todos os interessados do município, porque acho que esse é um dos papéis que a sociedade civil
220 tem, é realmente dar voz a toda a sociedade.

221

222 **00:25:16 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Paulo Cappelletti também foi indicado pelo
223 conselheiro Fernando Prioste para fazer uso da palavra. Ainda tem dois minutos, caso exceda, a gente
224 já usa o tempo do Fernando Prioste. Por favor, seja bem-vindo, à palavra sua, Paulo.

225

226 **00:25:26 Paulo Cappelletti:** Obrigado, obrigado por nos receber. Obrigado, Paulo. Eu falo em nome
227 da sociedade civil organizada de São Roque. Em contato com o Conselho de Desenvolvimento Rural
228 Sustentável de São Roque. A gente sabe da autonomia dos municípios para fazerem seus planos
229 diretores, mas acreditamos que seja do interesse do CONSEMA impedir um claro retrocesso
230 ambiental. Solicitamos o apoio do CONSEMA para que a revisão do plano diretor do município de
231 São Roque atenda as exigências legais de adequação do plano de manejo da APA Itupararanga,
232 respeitando a preservação da reserva da biosfera do cinturão verde, declarada pela Unesco. A gente
233 gostaria, por favor, que a prefeitura apresentasse estudos técnicos de análise de alinhamento do plano
234 de manejo da APA, e a justificativa dos critérios na demarcação dos mapas de zoneamento. O
235 importante, esse plano diretor está sendo pedido para ser votado em urgência. Vai acontecer dia 5.
236 Se ele passar. 1.176.000 metros de mata nativa estão ameaçados. A gente tem muito pouco tempo. A
237 gente tem 4 dias úteis, então eu peço, por favor, se o CONSEMA puder dialogar com a prefeitura de
238 alguma forma para impedir que isso siga adiante. Obrigado.

239

240 **00:27:02 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Conselheiro Fernando Prioste? Três minutos,
241 conselheiro.

242

243 **00:27:11 Fernando Prioste (ISA):** Bom dia a todos e todas. É uma manifestação breve para
244 agradecer ao Rodrigo Levkovicz e o secretário Jonatas, na figura da secretária Natalia Resende, pela
245 visita que fizeram à Comunidade Quilombola de Bombas, a cerca de 20 e poucos dias, para conhecer,
246 tanto da demanda da comunidade de bombas, como para poder dialogar sobre as demandas das
247 comunidades tradicionais, mais especificamente os quilombolas, não só da estrada especificamente,
248 mas de todas as outras demandas, e de uma combinação que a gente fez de ter uma pauta estruturada,
249 da gente se reunir de forma periódica e avaliar essa pauta. A gente tinha uma reunião marcada para a
250 semana passada, salvo engano, que o Anderson teve um problema e não conseguiu fazer a reunião,
251 sofreu um acidente, mas que a gente espera que a gente possa marcar essa conversa, em conjunto
252 com a Fundação, e dialogar sobre todas essas pautas. Então, vamos dizer assim, uma missão de
253 reconhecimento, porque nunca houve, na história do estado de São Paulo, um secretário ou uma
254 secretária de estado que tivesse ido à Comunidade de Bombas e tampouco um secretário ou secretária
255 de estado que tivesse ido a uma comunidade quilombola com abertura para fazer um debate como foi
256 aberto. Então a gente tem bastante esperança de avançar nessas pautas nos próximos anos, obrigado.

257
258 **00:28:17 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Utilizando aqui os tempos
259 remanescentes, a conselheira Gilda Nunes gostaria de passar o remanescente para o suplente Eduardo
260 Leduc. São dois minutos.

261
262 **00:28:32 Eduardo Leduc (Cunhambebe):** Bom, bom dia a todos. Eu vou ler para garantir que eu
263 fique dentro do tempo. Minha fala representa os interesses de diversos representantes da sociedade
264 civil aqui representada, é sobre os estudos de risco e movimentação gravitacional de massa e
265 alagamentos no litoral norte. Em nossa primeira reunião do CONSEMA deste ano, me manifestei
266 sobre a importância e urgência deste tema e recebemos a informação que os estudos estavam
267 encaminhados. Neste ano, mesmo no inverno, estamos tendo alta precipitação e deveremos chegar
268 ao verão com solo já bem saturado, intensificando os riscos novamente. Até o momento, não temos
269 notícias, não vemos o andamento e nem a previsão de entrega das prometidas atualizações dos mapas
270 de riscos, tão falada pela mídia na época da tragédia e que são fundamentais para ações preventivas
271 para salvar vidas humanas e a Mata Atlântica. Os estudos indicam que prevenir é três vezes mais
272 econômico para o estado do que remediar esse tipo de tragédia. Venho novamente solicitar urgência,
273 que seja incluído na próxima pauta do CONSEMA também, nós protocolaremos esse pedido
274 oficialmente, sobre a situação dos mapas de risco para somarmos esforços nas localidades para sua
275 utilização responsável. Enquanto isso, os planos diretores avançam com ocupação do solo, sem mapas
276 ou com informações defasadas. Muito obrigado.

277
278 **00:30:03 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, agora a conselheira Rosa Ramos, da OAB.

279
280 **00:30:12 Rosa Ramos (OAB):** Muito bom dia. Quero, em nome da presidência dos trabalhos, o
281 Jonatas, cumprimentar a todos. Eu tenho três pontos aqui para a gente se manifestar: quero começar,
282 primeiramente, com um convite, nós realizaremos no dia 4 de setembro, a segunda rodada do Fórum
283 Permanente de Mudanças Climáticas e Desastres Naturais da OAB São Paulo, então, junto com o
284 conselho federal, então quero convidar a todos para que estejam presentes. Temos, com muita
285 satisfação, inclusive, a participação, a confirmação da participação do secretário do Jonatas. Será uma
286 honra para nós recepcioná-lo em nome da Secretaria. Todos vão receber, encaminhei para o nosso
287 secretário executivo, então, já agradeço o envio da pauta e do card para que caso alguém se interesse
288 também possa divulgar para nós. O segundo ponto que eu gostaria de registrar é em relação ao
289 credenciamento para a COP 28. Todos sabem que de 28 de novembro a 12 de dezembro teremos
290 novamente a COP, este ano, em Dubai. A OAB São Paulo, no último ano, participou e nós
291 requeremos à Secretaria o credenciamento via CONSEMA, uma vez que entendemos, de acordo com
292 a lei estadual, nós, conselheiros, temos esta atribuição, como serviço público também, e que então a
293 Secretaria poderia realizar o nosso credenciamento, que deixo aqui registrado a intenção, que isso
294 seja feito, obviamente, não só para a OAB, que estará participando, mas também, se há algum outro
295 conselheiro se interessar, que isso possa ser viabilizado via Secretaria. O terceiro ponto, embora
296 muitos possam perguntar, porque esse ponto está sendo trazido aqui para o conselho, mas na verdade
297 se trata de um ponto de interesse de toda a sociedade. Eu não sei se algum conselheiro está
298 acompanhando, mas está na Alesp, na Assembleia Legislativa do Estado, um projeto de lei de 752,
299 de 2021, um projeto do judiciário paulista, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que trata do aumento

300 das custas judiciárias no estado de São Paulo. É um projeto que, sem sombra de dúvida, e nós da
301 OAB fizemos estudos pormenorizados acerca disso, aumentará as taxas sobre maneira, que
302 inviabiliza, impede o acesso à justiça, principalmente da classe média. Nós, que militamos na área
303 ambiental, e muitas vezes não só no preventivo, consultivo, e muitas vezes no contencioso, sabemos
304 que o aumento das taxas judiciárias vai impactar o acesso à justiça de toda a sociedade. A OAB tem
305 feito um movimento incisivo em relação aos deputados para que não aprovem esse projeto. E então
306 registrar aqui, porque isso também impacta na área ambiental, é muito importante. Peço a todos que
307 se debruçam sobre esse projeto de lei, porque ele afeta a todos nós. Então, eu vou pedir para a
308 Secretaria Executiva para que remeta a todos os conselheiros o PL. Ele, por exemplo, num caso de
309 agravo de instrumento numa ação judicial quase que dobra o valor, hoje para a gente agravar para o
310 Tribunal de Justiça uma decisão em primeira instância, a gente tem que pagar por volta de 340 reais.
311 Com aprovação desse PL, isso quase que vai a 600 reais, ou seja, inviabiliza todo o processo,
312 impedindo que muitos possam então dar sequência. Uma execução de sentença, por exemplo, também
313 você vai ter que pagar o que era até então já pago nas custas iniciais com esse projeto de lei, terá que
314 ser pago para que você possa executar uma sentença que lhe foi favorável, ou seja, é sim de interesse
315 de todos nós, por isso trago o assunto aqui para que todos possam, então, se debruçar sobre isso,
316 porque não é um projeto de lei que foi divulgado para que a sociedade possa se manifestar, e por
317 vezes, ir contra então a aprovação através dos seus representantes na Assembleia Legislativa. E, por
318 fim, um agradecimento...

319
320 **00:35:12 Anselmo Guimarães:** Prefeito, muito obrigado conselheira Rosa Ramos, desculpa, já
321 encerrou o seu tempo, nós temos muitas pessoas inscritas. Gostaria de pedir a gentileza de, caso tenha
322 mais manifestações, encaminhar para a gente por escrito, para que a gente possa encaminhar aos
323 demais conselheiros. Vou pedir humildemente a sua compreensão. Nós estamos ainda com vários
324 inscritos aqui, a gente já ultrapassou em um minuto seu tempo, mil perdões, mas muito obrigado,
325 conselheira.

326
327 **00:35:36 Rosa Ramos:** Pois não, secretário, não tem problema. Eu encaminho por e-mail. Obrigada.

328
329 **00:35:39 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela sua compreensão. Nós temos duas pessoas que
330 se inscreveram aqui depois dessa rodada, que é o conselheiro Rogério Menezes e também o
331 conselheiro Ricardo Crepaldi, que estão além já desses 30 minutos que a gente já dividiu aqui em
332 calculadora para todos os conselheiros. Então vou chamar aqui a conselheira Cristina Murgel, que já
333 estava inscrita para fazer uso da palavra, e depois eu peço ao plenário a sessão de pelo menos dois
334 minutos para cada um dos conselheiros, para que possa fazer uma rápida manifestação. A gente pede
335 sempre a gentileza de se inscrever no início para que a gente possa dividir equanimemente o tempo
336 entre todos os conselheiros. Tempo é escasso, a gente sabe disso. As pautas são importantes. A gente
337 tem várias pautas aqui para que a gente possa ter mais tempo para os debates. Então conselheira
338 Cristina Murgel, por gentileza,

339
340 **00:36:31 Cristina Murgel (SAA):** Bom dia a todos, a minha fala é muito rápida. Na verdade, é
341 apenas acusar que o recebimento do relatório protocolado pelo conselheiro Roberto Resende, que foi
342 protocolado na última plenária. No dia 15 de agosto, ele nos encaminhou uma complementação. É

343 um relatório que trata da situação dos cadastramentos rurais na região do Mosaico do Jacupiranga.
344 Nós imediatamente abrimos um expediente, foi passado para a nossa área técnica. Não tivemos
345 condição de trazer para essa plenária, mas estamos nos comprometendo a protocolar antes da
346 próxima, com ciência a todos os conselheiros, e aproveitar para agradecer ao conselheiro Roberto
347 Resende, ele coloca ali questões importantes, que estão sendo verificadas e auditadas, e todo aquele
348 conselheiro que precisar fazer algum questionamento em relação à regularização ambiental do estado
349 de São Paulo, por favor, nos encaminhe. É com isso que a gente avança e que a gente corrige eventuais
350 falhas ou eventuais necessidades que não estamos às vezes a perceber. Então, fica aqui o
351 compromisso, Roberto, não foi possível realmente, a equipe técnica consolidar todos os dados. Há
352 um CIC, há uma pergunta no CIC. Essa resposta já está pronta. Se não foi encaminhada, deve estar
353 sendo encaminhada nos próximos dias, e a gente protocolará em tempo oportuno, obrigada.

354
355 **00:38:06 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira. Conselheiro, também inscrito
356 previamente, conselheiro Rodrigo Levkovicz, por favor.

357
358 **00:38:22 Rodrigo Levkovicz:** Bom, só alguns informes. Primeiro, hoje é aniversário do PESH,
359 então eu tenho que fazer esse destaque, a nossa maior Unidade de Conservação que protege a Mata
360 Atlântica, 46 anos, e então fazer uma homenagem a todos aqueles que lutaram pela Unidade, ter sido
361 criada e, principalmente, ter sido mantida. Acho que é um parabéns para todos nós e vamos em frente.
362 Segunda coisa, ações na Vila Sahy. A Secretaria, junto com a CDHU, junto com o IPA, está se
363 mobilizando para ter uma ação de mitigação do escorregamento que aconteceu, acho que o nosso
364 secretário Jonatas pode falar melhor depois, mas a gente está prevendo um hidrojateamento com bel
365 mantas para ajudar a superar o período de chuvas e diminuir o número de lama, e preparar o solo para
366 uma recondução natural ou/e assistida a seguir, é a primeira fase de um projeto de restauração.
367 Terceira coisa, aqui a Fundação lançou um curso de monitores ambientais autônomos, e aí eu quero
368 agradecer as diversas instituições que participaram dando palestras, então a gente teve palestra do
369 IPA, o próprio Cláudio Maretti deu palestra, Fábio Feldman falou, especialistas das mais variadas
370 áreas, professora Sueli Furlan. Então assim, muita gente trouxe contribuições, isso virou um EAD e
371 está sendo lançado, a gente tem formação de mais de 2.700 monitores novos, 1400 pessoas que vão
372 ser qualificadas, mas que não vão ser monitores, porque a gente tem vagas determinadas, e às vezes
373 as pessoas, elas têm que morar no entorno da Unidade de Conservação para ser monitor autônomos,
374 e a reciclagem de 250 pessoas. Estrada de bombas, atualizar, Fernando, obrigado. Realmente, a
375 Natália deu um show na gente, foi na frente, viu, chefe. Sempre tivemos que correr para alcançar a
376 secretária, que ela estava empolgada, foi muito legal, agradecer as comunidades pela recepção,
377 agradecer a vocês por estarem conosco, e o EIA Rima já está sendo feito, tá? A gente lançou um
378 chamamento público, agradecer ao Thomaz, a Cetesb, toda equipe que tem se empenhado em, junto
379 conosco, agilizar esse procedimento dentro do tempo legal e com a segurança técnica que só a Cetesb
380 e outros órgãos, tipo o Ibama, podem oferecer. Dizer que a gente está em *Ocean Week*, então, isso é
381 um pedido, quem tiver interesse é uma iniciativa promovida pela USP, pelo Instituto Oceanográfico,
382 no Memorial da América Latina, começa hoje, bastante interessante, fica aí o convite a todos
383 participarem, pedindo ao professor Alexandre Turra, fazendo essa referência, dizendo mais uma vez
384 que a gente está avançando nos protocolos de manguezais e oceanos, de novo reitero o convite. E,
385 por fim, agradecer a conselheira Gilda e os conselheiros do CONSEMA que se propuseram a estar

386 conosco para fazer, para nos ajudar a definir a metodologia do processo de consulta para a
387 modernização da Fundação Florestal. Nossa equipe se reuniu com a conselheira Gilda ontem, que
388 deu contribuições importantes e dizer que a gente agregou, viu secretário, uma consulta a todos os
389 conselhos das Unidades sobre os temas mais relevantes para que a Fundação Florestal se preocupe
390 no futuro. Então obrigado, Anselmo, desculpa ter excedido o tempo.

391
392 **00:42:03 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Rodrigo. Está conosco aqui online, conselheiro
393 Rogério Menezes. A mesa, o plenário cedeu, então, o tempo de participação. Bom dia, conselheiro
394 Rogério Menezes. Peço então a gentileza apenas de uma objetividade na sua fala, só para a gente já
395 poder encerrar esse momento, entrar na pauta. Bom dia, conselheiro Rogério Menezes. O presidente
396 da ANAMMA São Paulo, obrigado.

397
398 **00:42:29 Rogério Menezes (Anamma/SP):** Muito bom dia a todos e a todos. Queria complementar,
399 inicialmente, através do Anselmo Guimarães, todos da equipe do CONSEMA, Secretaria Executiva,
400 cumprimentar o secretário Jonatas, que representa a secretária Natalia. Cumprimentar quem nos
401 representa hoje presencialmente, que é a Verônica Sabatina, secretária municipal de Itu, e aos demais
402 que estão virtualmente através da doutora Rosa, da OAB São Paulo. Também cumprimentar o
403 presidente do Ceivap (Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul), que
404 acompanha essa sessão, Manara, e dizer de forma muito objetiva e curta, a ANAMMA reforça a
405 necessidade de que o Programa Município VerdeAzul responda aos pontos dos nossos
406 questionamentos, das contribuições que fizeram para a evolução do programa por ofício. E deixar
407 registrado que a resposta enviada é genérica, é insuficiente, não fez uma análise dos pontos colocados
408 pela ANAMMA. Então, a gente gostaria que fosse refeito a nota técnica para que a gente pudesse se
409 sentir respondido nas nossas sugestões e questionamentos. Também gostaria de deixar registrado o
410 que eu sempre faço a necessidade que os municípios têm simbolicamente, historicamente, por toda a
411 luta de avançar a taxa de controle e fiscalização ambiental. Os municípios que estão aptos, assinaram
412 os acordos com o estado para que o estado passe a repassar, e é um trabalho conjunto em relação à
413 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, que os municípios esperam chegar a cidades desde o
414 começo dos anos 2000, 2001, se não me engano, com alteração...

415
416 **00:44:30 Anselmo Guimarães:** Ele travou para a gente aqui, só para registrar. E a coincidência foi
417 grande que foi justamente no encerramento do tempo destinado para ele, mas travou mesmo, não foi
418 a gente, a conselheira Verônica está aqui de prova. Obrigado. Repito, contribuições adicionais, por
419 favor, encaminhem por escrito também. A gente repassa para todos, como já é de praxe. Então agora
420 eu passo a palavra para o Ricardo Crepaldi, representante da ABES, seja bem-vindo, conselheiro, por
421 favor.

422
423 **00:45:07 Ricardo Crepaldi (ABES):** Obrigado, Anselmo. Bom, eu vou ser bem rápido, gente, deixar
424 os agradecimentos para depois no cafezinho. Mas bom dia a todos e todas. Queria falar sobre um
425 assunto, nós fizemos, como ABES, junto com a ASCAM, que é a Associação de Catadores de Bauru,
426 o encontro regional. E nesse encontro regional, mais de 32 cidades foram representadas e o resumo
427 deste encontro, nós, como ABES, levamos lá a logística reversa com o Fabrício Soler falando e com
428 as cooperativas diretamente, mas o ponto eu quero levantar no nosso conselho, é que nós temos

429 alguns pontos que nós, como um conselho, temos que verificar, por exemplo, porque as políticas
430 municipais de resíduos sólidos estão segregando as cooperativas, e elas não estão sendo colocadas
431 no meio, e neste meio está sendo colocado em grandes empresas com concessões, isso está fazendo
432 com que essas cooperativas morram, e essas pessoas, algumas delas vão para a informalidade, na
433 informalidade da coleta seletiva. Ao mesmo tempo, nosso CT de Políticas Públicas está trabalhando
434 dentro da revisão de alguns pontos, pedido por esse plenário sobre logística reversa, e esse ponto das
435 cooperativas ataca diretamente os trabalhos que a gente quer e as metas que a gente quer fazer na
436 logística reversa do estado. Eu queria deixar apontado isso, Anselmo, para ficar em ata, para a gente
437 poder pensar dentro de uma conjectura do estado, como apoiar e melhorar esse sistema de
438 cooperativas e apoiar que eles não morram dentro do sistema, apesar de estar dentro da lei da Política
439 Nacional de Resíduos Sólidos. Obrigado.

440
441 **00:47:00 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pelo registro. De fato, será registrado na forma
442 solicitada. Agora nós vamos passar então aos comentários da mesa. Passo então a palavra para o
443 senhor subsecretário Jonas.

444
445 **00:47:00 Jonas Trindade:** Só para reforçar, em relação à questão da proposta de construção da
446 Sky Bridge, que tem um processo ainda que vai ocorrer, não tem ainda um licenciamento em curso,
447 para reforçar também o trabalho, a seriedade de condução desse processo. Em relação ao apoio da
448 Fundação para os municípios, Rodrigo, eu acho que é importante você comentar o tipo de colaboração
449 que a gente pode oferecer. Eu acho que... por favor, fica à vontade, rapidinho.

450
451 **00:47:52 Rodrigo Levkovicz:** Bem rapidamente, desculpa até conselheiro. Primeiro, assim, eu acho
452 que é importante dizer que o plano de manejo, o Comitê de Planos de Manejo, formado por toda a
453 Secretaria, tem um papel super importante, porque eu acho que o que a gente pode pensar é, primeiro
454 fazer uma capacitação no nosso roteiro metodológico para a gente pensar juntos, eventualmente
455 fornecer alguns termos de referências mais antigos que a gente fazia a contratação do serviço, e aí,
456 eu acho que talvez aí secretário, com sua batuta, a gente reunir as equipes técnicas e pensar em alguma
457 capacitação para que os agentes municipais possam aprimorar as suas espertezas. Eu eu olho assim
458 dessa maneira, sem prejuízo, a gente evoluir no planejamento e execução de alguma atividade
459 específica.

460
461 **00:48:39 Jonas Trindade:** Eu acho que nós temos um corpo técnico muito valoroso na Secretaria
462 e na Fundação e acredito que a gente possa colaborar nesse sentido, de como melhorar a gestão, de
463 como fortalecer os municípios nesse arranjo, estado e município, para fortalecimento das unidades
464 de conservação.

465
466 **00:49:03 Paulo Nelson (Educa Brasil):** Só agora só quero agradecer, Rodrigo, o esclarecimento e
467 assim, a nossa iniciativa, principalmente em São Sebastião, vou ser bem, claro, a gente sabe que o
468 município hoje tem uma possibilidade de recursos extras, e assim, a gente tem uma Unidade de
469 Conservação criada que está na área de amortecimento do parque estadual da Serra do Mar. Então,
470 eu gostaria muito de levar ao município esse momento, então, por isso mesmo eu fiz a pergunta, a
471 gente vai acionando na medida do possível, muito obrigado.

472
473 **00:49:37 Jonatas Trindade:** Em relação ao que foi posto sobre São Roque, questão do plano diretor,
474 nós vamos ter que decidir a forma de condução desse processo, seja por meio do envio do documento
475 que foi apresentado ou como podemos colaborar para que tenha um arranjo respeitando também as
476 competências próprias do município, em relação à definição do plano diretor, mas entendendo que
477 tem uma interface direta também com o Zoneamento e com outros instrumentos de gestão, então a
478 gente pode colaborar também nesse sentido, temos aqui a representante Natália, que pode falar um
479 pouquinho e aproveitar também, falar em relação à questão da consulta, reforçar a importância
480 também da ANAMMA participar dessa consulta pública em relação ao PMVA. Por favor, Natália.

481
482 **00:49:37 Natália Micossi:** Bom, complementando então, que o próprio Rodrigo falou, acho que a
483 CPLA está à disposição também por conta do programa de capacitação do Zoneamento Ecológico
484 Econômico do estado. A gente está com algumas oficinas já organizadas por zonas, então, com apoio,
485 especialmente para a gestão municipal nesse primeiro momento, a gente se coloca à disposição,
486 inclusive pensando na articulação com os planos diretores e leis de uso e ocupação do solo. Com
487 relação ao Programa Município VerdeAzul, a equipe tinha respondido, de fato, o ofício para a
488 ANAMMA, e foi alegado a questão de estar genérico. Fizemos depois uma reunião, no dia 12 de
489 julho, e a equipe se comprometeu a responder ponto a ponto as questões que estavam sendo colocadas
490 pela ANAMMA. Esse expediente já está finalizado. Ele está em tramitação, a ANAMMA deve
491 receber essa resposta nos próximos dias, mas o que a gente gostaria de ressaltar é que alguns dos
492 pontos foram incorporados nessa nova proposta que se coloca agora para consulta pública, a gente
493 conta também com a contribuição da ANAMMA nessa discussão, para, de fato, ainda contribuir com
494 o processo, e a equipe também está à disposição para fazer essa articulação, e se reunir, prestar
495 eventuais esclarecimentos que não tenham ficado claros no próximo expediente, que a ANAMMA
496 deve receber em breve.

497
498 **00:52:00 Jonatas Trindade:** Obrigado, Natália. E assim, eu acho que vale a pena destacar a
499 relevância que a Secretaria tem em relação às consultas públicas de uma forma geral. Nós temos um
500 processo de avaliação de tudo o que tem sido trabalhado e o objetivo é realmente envolvê-los,
501 envolver a sociedade civil nessa construção. Tem um papel fundamental da ANAMMA e demais
502 entes que possam colaborar do ponto de vista técnico, e o que eu tenho colocado também é a
503 necessidade de ter uma aderência entre o que é a melhoria de gestão esperada das políticas públicas
504 estaduais, e essa consonância, esse arranjo junto aos municípios, a gente tem que ter uma aderência
505 daquilo também que faça sentido, o que eu tenho insistido com a equipe técnica é, coisas que façam
506 sentido e que tragam a melhoria nos municípios. Por exemplo, algumas coisas que tem muito a ver
507 com a questão de obrigação legal, é obrigação legal, eu não estou entendendo o que agregue na
508 questão do Município VerdeAzul. Por exemplo, se os municípios têm que ter obrigatoriamente um
509 Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, ele tem que ter esse plano, não é o fato de estar no Município
510 VerdeAzul, ele não agrega no contexto do benefício que se espera com esse tipo de política pública.
511 O que a gente precisa é ter esse arranjo por meio do Município VerdeAzul, na colaboração entre o
512 estado com as políticas públicas municipais, na construção daquilo que é mais relevante, aquilo que
513 traga o ganho adicional e não há o que já é obrigação. Lógico que a obrigação a gente pode também
514 orientar, pode trabalhar de forma conjunta, considerando a cooperação técnica que a gente possa

515 desenvolver com os municípios. Mas o que a gente quer é que os municípios também entendam quais
516 são as políticas públicas principais, que precisam ser trabalhadas do ponto de vista de implementação,
517 de elaboração e implementação da política pública. Então acho que o olhar do Município VerdeAzul
518 tem que ser muito nesse sentido, e a equipe fez uma proposta que foi colocada a consulta recente
519 exatamente com esse objetivo, é ter esse olhar de aprimoramento das políticas públicas, por exemplo,
520 a questão da adaptação e resiliência climática é algo que a gente tem que expandir muito no estado
521 de São Paulo, é algo muito novo que a própria Secretaria está discutindo e trabalhando junto com os
522 com a GIZ. Então, é algo que vai ter que ser aprimorado, trabalhado junto com os municípios,
523 capacitar os municípios nesse sentido é muito importante, trabalhar nos planos de adaptação junto
524 com os municípios é muito importante, então é algo que agrega e que traz um diferencial na definição
525 das políticas públicas municipais alinhadas na lógica do SISNAMA, logicamente. Sim, pois não,
526 Daniel.

527
528 **00:54:46 Daniel Smolentzov (PGE):** Bom dia a todos. Eu queria só complementar a questão do
529 Plano de Manejo das Unidades de Conservação municipais, o estado de São Paulo nós evoluímos
530 nesse assunto porque antigamente nós contratávamos consultorias que faziam os Planos de Manejo,
531 e hoje em dia, já há algum tempo, a elaboração desses Planos de Manejo ela foi internalizada aqui na
532 própria Secretaria, então nós temos uma equipe técnica que se dedica a esse assunto, e faz muito bem,
533 os municípios, obviamente cada município tem a sua realidade, mas eu acho que, nesse sentido aqui
534 que foi solicitado pelo conselheiro, nós podemos pensar em parcerias entre o estado de São Paulo e
535 os municípios que queiram, no sentido de nós orientarmos os municípios a terem uma equipe própria
536 para a elaboração dos Planos de Manejo, com esse roteiro metodológico que foi desenvolvido pelo
537 estado de São Paulo, esse seria um caminho. E um segundo caminho seria para municípios que não
538 possam ter essa estrutura interna, a contratação das consultorias, mas uma contratação já pautada
539 nesse nosso roteiro metodológico que é aprimoramento da nossa experiência, de tantos anos fazendo
540 os Planos de Manejo. Então acho que é bem salutar essa parceria estado com o município para que
541 nós possamos passar essa expertise para os municípios, só essa complementação. Obrigado pela
542 palavra.

543
544 **00:56:26 Jonatas Trindade:** Eu fiquei bem impressionado com a forma como é conduzida a
545 construção desses planos de manejo no estado. Realmente fiquei bem impressionado com como tem
546 sido feito esse trabalho e tão relevante tem sido esse trabalho para as Unidades de Conservação.
547 Então, recomendo muito esse tipo de prática, né? Não acreditava muito, quando o conheci e fiquei
548 bem surpreendido. Em relação à questão do documento que foi recebido, quanto ao plano diretor, nós
549 vamos encaminhar via Secretaria Executiva do CONSEMA para o município, compromisso de envio.
550 Em relação ao que foi colocado pelo conselheiro Prioste, esse trabalho, essa abertura para o debate,
551 para a conversa, como eu tenho reiterado o tempo todo, as agendas não são fáceis. Hoje, a secretária
552 viria para a reunião do CONSEMA, só que foi chamada pelo governador para participar de um evento
553 que o governador convocou. Então tem uma dificuldade de agenda, mas assim, eu falo, sempre que
554 a gente planeja, a gente faz, se não for a secretária, serei eu ou será alguém da equipe técnica para
555 trabalhar nessas agendas, porque são prioridades do estado. Como a secretária colocou, nós temos,
556 dentro do nosso PPA, uma linha de ação específica direcionada, tanto para indígenas como para
557 quilombolas. Nós queremos fortalecer efetivamente o PSA no estado de São Paulo, e aí, o que que a

558 gente tem feito também, porque a gente sabe que os recursos públicos são escassos, buscando
559 parcerias, inclusive para financiamento deste tipo de política pública. Nós estamos trabalhando em
560 portfólios para divulgar essas políticas e buscar parceiros que tenham intenção, e tem muita gente
561 que tem o propósito de apoiar esse tipo de política pela relevância e pela estruturação que pode trazer
562 os benefícios diretos para esse tipo de comunidade. Então, contar com o arranjo e com o apoio de
563 vocês também é importante, porque vocês já tem uma expertise que possa ser agregada nesse trabalho
564 que a Secretaria tem para desenvolver. No mesmo arranjo que eu vou fazer a apresentação sobre
565 restauração florestal, que são, na verdade, diversos arranjos, a gente conta muito com o apoio de
566 vocês para que a gente possa melhorar cada vez mais essas políticas públicas. Nós tivemos o evento,
567 e eu esqueci de divulgar, um evento recente do biota síntese na semana passada, que o tempo voa,
568 para apresentação de dois relatórios que foram desenvolvidos com o apoio da academia e com apoio
569 da sociedade civil, que traz uma estruturação da política pública muito robusta pelo conteúdo, pela
570 forma como o pessoal tem trabalhado. É realmente buscar ciência, buscar o conhecimento que existe,
571 essa experiência que já existe, para que a gente possa incorporar isso nas políticas públicas e melhorar
572 essas políticas públicas. Eu acho que isso é fundamental, ter esse olhar transversal e ter esse apoio de
573 todos. Em relação à questão dos mapas de risco no litoral norte, o IPA tem trabalhado, mas não é só
574 o IPA que trabalha nessa questão desses mapas, mas o IPA tem trabalhado nesses mapas de risco,
575 revisado na medida que é demandado também, que isso é um trabalho coordenado pela defesa civil
576 e tem outros entes envolvidos, num arranjo coordenado para poder fazer esse acompanhamento. Nós
577 temos feito algumas discussões em relação à questão da restauração. Tenho me envolvido diretamente
578 junto com a equipe da Fundação Florestal nessa questão de restauração, a gente sabe que a restauração
579 da Serra do Mar a gente tem que também ter um cuidado e um olhar também em relação ao tipo de
580 intervenção que vai ser feito dentro da Serra do Mar, a gente não pode fazer uma grande obra de
581 infraestrutura para poder intervir dentro de um parque, então a gente tem que fazer dentro daquilo,
582 de soluções baseadas na natureza, auxiliar com que a natureza tome a frente desse processo de
583 restauração, nessa indução de restauração, mas nós estamos auxiliando a natureza nesse processo.
584 Tem algumas discussões técnicas que a gente precisa ainda fazer, mas em breve nós vamos soltar um
585 edital para uma licitação, né, Rodrigo, para contratação específica e direcionada para o Sahy. Tem
586 outros arranjos que estão sendo feitos, sendo trabalhados, em especial com a participação da
587 sociedade civil, no caso o ICC, que também tem um trabalho de restauração também na Serra do Mar,
588 tentando intervir o mínimo possível do ponto de vista da engenharia, pelo impacto que isso pode
589 gerar na Unidade. Para você, por exemplo, instalar um sistema de drenagem numa área que é tão
590 declivosa, você vai ter que suprimir uma área gigantesca para poder entrar com máquina, e vai ter
591 que fazer um trabalho de engenharia muito pesado. Então, o que a gente quer são soluções mais
592 simples, mas que tragam ganhos para a Unidade de Conservação, do ponto de vista de restauração e
593 de estabilização do terreno. A gente sabe que essa estabilização é complicada, geologicamente
594 falando, são terrenos que tem uma instabilidade natural, não é o primeiro evento que ocorre. A gente
595 sabe que a natureza também, a depender do volume de chuvas que ocorra na região, você pode fazer
596 a melhor obra ou a maior obra de engenharia, se a água vier do jeito que veio no evento de fevereiro,
597 dificilmente você consegue conter. Eu já participei de diversos processos, acompanhei diversos
598 processos de restauração pelo Brasil, tive a oportunidade de trabalhar, sou especializada nessa área,
599 e vejo que tem alguns arranjos que a gente pode fazer para ajudar a controlar, mas evitar de forma
600 plena, de forma que não ocorram novos eventos, isso é muito difícil, muito difícil pelas características

601 de natureza do terreno, não é que não haja uma possibilidade ou não haja um interesse de fazer algo
602 que possa melhorar esse processo, mas é algo que, do meu ponto de vista pessoal, técnico, eu acho
603 que extrapola qualquer tipo de intervenção que se faça por uma questão natural, eu acho que tem que
604 reforçar isso, mas logicamente, isso não significa que não vão ser trabalhados e está sendo trabalhado
605 entre a Secretaria com CDHU, com Defesa Civil, em projetos que tragam a segurança necessária, a
606 segurança necessária para que diminua, ou que evite as situações que ocorreram em fevereiro, tá?
607 Mas naturalmente o terreno é um terreno muito estável, naturalmente a gente sabe que esses
608 deslizamentos ocorrem. Eu tenho exemplo, por exemplo, no próprio Paraná, na Serra do Mar do
609 Paraná, que recorrentemente têm ocorrido deslizamentos também lá, significativos, em decorrência
610 muito dessas mudanças climáticas, desta chuvas intensas que ocorrem na região. Então, é algo que a
611 gente tem que saber trabalhar, saber entender qual que é a melhor forma de intervir, principalmente
612 numa área que tem uma proteção legal, significativa, que é um parque, é uma área que tem que ter
613 um cuidado especial em qualquer tipo de intervenção que a gente vai fazer na área. E aí, eu já vou
614 pedir para o Anselmo para a gente incluir na próxima pauta de reunião essa questão do risco, vou
615 fazer um convite para o IPA, para que possa fazer uma apresentação do trabalho que foi desenvolvido
616 e que está sendo desenvolvido.

617

618 **01:03:39 Anselmo Guimarães:** Perfeito, anotado aqui.

619

620 **01:03:42 Jonatas Trindade:** Em relação à questão do credenciamento para a COP 28, eu não
621 conheço esse processo, mas vamos buscar nos inteirar e ver qual é o caminho para fazer esse trabalho,
622 viu Rosa. Sim, vamos correr que já está bem próximo, a gente sabe do desafio de participar da COP,
623 a concorrência para essa participação é grande, os estados têm se mobilizado e o governo federal
624 também para essa participação, e aí, internamente, eu vou buscar entender esse processo e ver como
625 é que a gente faz para poder mobilizar. E aí eu não entendi, se vocês já apresentaram esse pedido para
626 a Secretaria é isso? Só para confirmar.

627

628 **01:04:21 Rosa Ramos:** Não, ainda não foi efetivado o pedido, secretário, até porque o
629 credenciamento parece-me que abriu agora, dia 20, a semana passada. Então nós vamos encaminhar,
630 eu só quis adiantar exatamente porque sei que esse trâmite interno pode demorar um tempo.

631

632 **01:04:46 Jonatas Trindade:** Está certo. Em relação à questão da TCFA, Rogério, eu busquei, fui
633 atrás do processo. O processo está na Assessoria do Gabinete, e aí eu vou pedir, vou cobrar do pessoal
634 a celeridade para dar andamento a esse processo, na última reunião, informei que estava na jurídica.
635 Ele retornou da jurídica, foram feitas adequações e subiu para o gabinete, e aí tem todos os ajustes
636 que tem que ser feito para poder submeter isso a secretária. A secretária já tinha me cobrado esse
637 assunto, e aí eu vou pedir para o gabinete subir essa documentação, subir o que tem que ser feito para
638 que a Secretaria possa dar o encaminhamento necessário. Eu acho que eram praticamente, assim dos
639 pontos principais, que foram falados, eu acho que são esses que mereciam um destaque.

640

641 **01:05:40 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, secretário, obrigado a todos pelas contribuições.
642 Anotei já as providências que nós vamos tomar. Fica aqui sempre como o canal aberto para a gente
643 difundir tanto essas informações que chegam a todos os conselheiros e a toda a sociedade. Com isso,

644 gostaria de encerrar o expediente preliminar e convidar a todos para adentrar na Ordem do Dia. São
645 10 horas e 13 minutos. Então, o primeiro item da pauta é a proposta de atribuição Comissão Temática
646 de Políticas Públicas da tarefa de discutir, propor recomendações das minutas dos anteprojetos de lei
647 específica que criam as seguintes áreas de proteção e recuperação dos mananciais. A PMR Rio Guaió
648 e a PRM Cabuçu Tanque Grande, e a PMR Rio Jaguari. Está conosco aqui o coordenador de recursos
649 hídricos, o César Louvison, da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento, conduzido aqui
650 pela nossa conselheira Samantha, novamente, bem-vindo ao CONSEMA, César Louvison, ele vai
651 fazer uma fala para contextualizar aqui a questão dessas leis específicas para, na sequência, a gente
652 já dar andamento aos debates, por favor.

653
654 **01:06:55 César Louvison (CRHi):** Bom dia, na pessoa do presidente do CONSEMA, nosso
655 subsecretário de meio ambiente, gostaria de cumprimentar a todos os conselheiros, em particular, a
656 minha subsecretária de recursos hídricos, lembrando aos senhores uma frase do Drummond, “lutar
657 com palavras é a luta mais vã, no entanto, lutamos mal nasce amanhã”. Os dois projetos que trago
658 aqui a serem apresentados como atribuição à Comissão Temática de Políticas Públicas, tem uma
659 apresentação muito rápida, não quero tomar muito tempo dos senhores, não. Sabemos da importância
660 desses projetos, mais ainda, sabemos da importância da discussão para que esse instrumento seja
661 refinado e para que esse instrumento chegue no seu caminhar a um bom termo. Antes de propriamente
662 lembrar a legislação aqui, o nosso primeiro item, a lei estadual 9866, de 97, que foi atualizada pela
663 16.337, ela trazia no seu artigo primeiro normas e diretrizes para proteção e recuperação da qualidade
664 ambiental das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional para abastecimento,
665 assegurados os usos múltiplos que fossem compatíveis com esta caracterização. Por definição,
666 mananciais de interesse regional são águas interiores, subterrâneas, superficiais, fluentes, emergentes
667 ou em depósito, efetivo ou potencialmente utilizáveis para o abastecimento público. Proteção e
668 recuperação da qualidade ambiental são as ações de preservação dos mananciais de abastecimento e
669 de proteção ao meio ambiente, compatibilizadas com uso e ocupação do solo e o desenvolvimento
670 socioeconômico regional. Essa lei gestada em 1997 vinha, carregava, digamos assim, tanto a
671 expectativa da Constituição Estadual, lá nos seus artigos 205 a 213, e a própria lei 7663, que organiza
672 o sistema estadual ou a política estadual de recursos hídricos. Mais importante que isso, talvez o
673 artigo quarto deva ser lembrado. Por quê? Porque ele traz aí o ritual a ser obedecido. Os senhor
674 sabem, estas minutas de anteprojetos de lei são gestadas, são discutidas, são trabalhadas dentro dos
675 Comitês de Bacia, ao qual esses mananciais pertencem ao território. Ali, então, através das Câmaras
676 Técnicas, através das discussões em plenário, surge esse anteprojeto que segue, então, este
677 encaminhamento. As APRMs, as Áreas de Proteção da Região dos Mananciais serão definidas e
678 delimitadas mediante a proposta do Comitê de Bacia Hidrográfica e por deliberação do Conselho
679 Estadual de Recursos Hídricos. E aí vem o motivo que me traz aqui hoje, solicitar então a atenção
680 deste conselho, que é exatamente, devem ser ouvidos o CONSEMA, o Conselho Estadual de Meio
681 Ambiente, e ali a redação da lei, o Conselho de Desenvolvimento Regional, hoje, consubstanciado
682 no Conselho de Desenvolvimento Regional da região metropolitana do estado de São Paulo, e criadas
683 de acordo com o que estabelece o artigo 18. São duas APRMs. Anteriormente eu estive aqui
684 defendendo e nós tivemos um longo processo de discussão que era a APRM do Jundiá, São
685 Lourenço, lá na no Vale do Ribeira. Uma discussão muito intensa, passou através da Comissão de
686 Políticas Públicas, alterações foram realizadas, e aí fomos impactados pela pandemia, isso trouxe

687 algumas dificuldades, o próprio Conselho de Desenvolvimento Regional, durante um período longo,
688 não se reuniu, e com a sua recente reativação resolvemos, então, vamos ter três anteprojetos para
689 serem encaminhados. O primeiro deles do Rio Jaguari, que abrange parte dos territórios do Arujá,
690 Santa Isabel, Guarulhos, Igaratá, Jacareí, São José dos Campos e Monteiro Lobato. A Câmara
691 Técnica realizou as discussões do Plano de Desenvolvimento e de Proteção Ambiental desta proposta
692 de APRM, e através da deliberação 17 de 22, tanto o PDPA como essa minuta que foi encaminhada
693 aos senhores, foi aprovada pelo Comitê de Bacia. Então agora, onde ela se encontra, esta área que
694 será delimitada aguarda a manifestação do CONSEMA para, posteriormente, ouvirmos o Conselho
695 de Desenvolvimento, deliberarmos no Conselho de Recursos Hídricos e encaminharmos à Alesp
696 para, posteriormente, termos um decreto regulamentador. Segundo anteprojeto diz respeito à APRM
697 do Rio Guaió e do Cabuçu Tanque Grande. Eu me fiz acompanhar hoje aqui dos técnicos da Fundação
698 Agência de Bacia do Alto Tietê, responsáveis diretos, então, para uma discussão inicial e pelo apoio
699 ao Comitê de Bacia para discussão inicial aqui, e já aproveitar e fazer um pedido, senhor presidente,
700 senhor secretário, no sentido de que as discussões da Comissão Temática de Políticas Públicas sejam
701 acompanhadas de representantes dos Comitês da base onde isso foi discutido. Acho que talvez com
702 isso a gente consiga caminhar. Falava aqui com o conselheiro Rocco, rapidamente, antes de
703 iniciarmos essa fala, a gente consiga caminhar para quando dá apreciação dessas manifestações do
704 CONSEMA, a gente chegue então ao consenso. O Guaió, Tanque Grande, Cabuçu abrange parte dos
705 territórios de Guarulhos. E o Guaió lá, Ferraz de Vasconcelos, Mauá, Poá, Ribeirão Pires e Suzano.
706 Também, da mesma forma como o anterior, ele foi discutido no Comitê de Bacia e foi aprovado pela
707 deliberação número 15220/22, que aprovou o seu Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental,
708 e a minuta específica apresentada aos senhores. Então, da mesma forma, aguarda a análise, e é este o
709 requerimento que tínhamos apresentado para os senhores hoje. Obrigado.

710
711 **01:14:49 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, César Louvison, coordenador de recursos hídricos,
712 também secretário executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nosso conselho irmão aqui.
713 Considerando essa atribuição legal de oitiva pelo CONSEMA na definição das APRMs, e de modo
714 geral, cabendo às comissões temáticas, a avaliação prévia de matérias a serem submetidas à
715 apreciação do plenário do CONSEMA, e considerando que a CT de Políticas Públicas é a
716 responsável, até tem como atribuições específicas avaliação e acompanhamento de normas de
717 políticas relacionadas ao planejamento ambiental e territorial, a presidência propõe então, portanto,
718 que seja atribuída à Comissão Temática essa tarefa, de discutir e propor recomendações à minuta. O
719 CONSEMA não é deliberativo nesse aspecto, mas pode, nessa oitiva qualificada, fornecer subsídios
720 para a continuidade do processo. Então, submetemos aqui essa proposta, os conselheiros que
721 quiserem se manifestar neste momento, já temos dois inscritos aqui online, também temos aqui dois
722 na sala, eu vou chamar primeiro, então, os que estão online, que é o conselheiro Rogério Menezes,
723 da Anamma.

724
725 **01:16:01 Rogério Menezes:** Muito obrigado, Anselmo. Eu queria trazer alguns elementos. Primeiro
726 manifestar a nossa preocupação com relação à alteração ocorrida na CPLA. Com a saída da Márcia
727 Nascimento, para a CETESB, e a preocupação nossa é que fica alguma lacuna aí na gestão das
728 APRMs, das Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais consolidadas, bem como no apoio da
729 CPLA para a implementação das novas APRMs que estão em discussão, são outras quatro, se não

730 me engano. Também sobre a lei específica do manancial Jaguari, registrar a pedido dos municípios,
731 que foram três anos de discussões na Câmara Técnica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraíba
732 do Sul, parabenizar as relatorias das prefeituras de Santa Isabel e São José dos Campos, que concluiu
733 o processo, como culminou na aprovação pela plenária do Comitê de Bacia. Manifestar sobre a
734 importância dessa aprovação para que possa ser implementada as 72 ações previstas de recuperação
735 e conservação dos mananciais previstas no PDPA, e que também vão corrigir antigas distorções sobre
736 o uso e ocupação do solo para aqueles quatro municípios que já eram APRMs, porém, na regra antiga
737 da década de 80. Também deixar registrado em relação às pautas municipalistas, a manifestação sobre
738 a reivindicação dos sete municípios da Bacia do Jaguari, quanto à ausência de licença de operação
739 do reservatório da usina hidrelétrica de Jaguari. Também por último, mas não menos importante, a
740 necessidade de tramitar no Conselho Estadual de Recursos Hídricos a questão do valor da água pago
741 pela Sabesp na transposição, isso é um reajuste que aguarda desde 2007, já foi aprovado na plenária
742 do CVHPS, e esse reajuste auxiliará em muitas ações de conservação na APRM Jaguari. Então, eram
743 essas as nossas observações a pedido, e dizer que, nessa pauta, registrar aqui a atuação fundamental
744 pelo município de São José dos Campos, meu colega Manara, à época secretário e relator da minuta
745 de lei específica. Muito obrigado a todos pela atenção.

746

747 **01:18:48 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Agora o conselheiro Andrés Vernet.

748

749 **01:18:54 Andrés Vernet (Ecophalt):** Bom dia. Bom dia a todos e a todas. Só queria fazer um registro
750 de alguns questionamentos aqui. Não se discute a importância desse tema e dessa causa, mas nós já
751 temos um assunto importantíssimo dentro da Comissão de Políticas Públicas, que é a logística
752 reversa. Inclusive, o outro conselheiro colocou um assunto importantíssimo a ser discutido. Portanto,
753 eu gostaria de saber, em que ordem isso vai entrar e que tempo isso vai levar para que a gente não
754 prejudique o que já está na pauta lá, que é logística reversa, que estava há dois anos aguardando entrar
755 em pauta isso. Ou seja, nós precisamos encerrar um assunto primeiro para depois iniciar outro. Apesar
756 de sua importância, nós estamos há dois anos aguardando logística reversa, então nós precisamos
757 começar e terminar, não simplesmente um meio do caminho aí, né? A palavra colocada lá na
758 convocação que foi o encaminhamento, que foi a verificação, não é a palavra correta, a palavra
759 correta, deveria ser implementação de melhorias, então é isso que a gente quer, isso que a gente fica
760 preocupado aqui, em que ordem isso vai entrar, e o tempo que isso vai levar. Então, esse é um
761 questionamento que a gente gostaria de colocar aqui primeiramente, obrigado.

762

763 **01:20:24 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Vou aproveitar aqui já a oportunidade até
764 para esclarecer, em razão da última reunião da Comissão Temática de Políticas Públicas, já iniciou a
765 abordagem sobre a logística reversa, está já agendada a próxima reunião da CT de Políticas Públicas
766 para o dia 11 de setembro. Nessa data, já foi acertado na última reunião que não vai ser pautado essas
767 minutas da lei específica, podem ser pautados a partir do dia 25, que é a outra agenda da Comissão
768 Temática de Políticas Públicas. Ficou também discutido na última reunião, de que essa pauta da
769 APRM não iria interferir de qualquer forma no debate da pauta da logística reversa. Pelo contrário,
770 ela vai entrar justamente, fique registrado aqui, o conselheiro Andrés, creio eu, que ele tenha feito
771 essa inserção justamente para a gente esclarecer a todo o plenário, mas ela só vai ser pautada tão logo
772 finalizado, ou pelo menos, já tiver um encaminhamento dos debates na Comissão Temática de

773 Políticas Públicas. Então só pra fazer esse registro e agradecendo até o Andrés pela oportunidade da
774 gente difundir essa informação. Obrigado. Conselheira Samanta vai fazer os comentários.

775
776 **01:21:57 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza (SEMIL/SRHS):** Bom dia a todos. É um
777 prazer estar aqui com vocês. Só para trazer uma resposta sobre a questão da Márcia, na CPLA, a
778 substituição da atividade dela. Nós estamos, então conversando com o Anderson, nosso secretário
779 executivo Jonatas e a Marina para fazer a transição dessas atividades para o CRHI, porém para que a
780 gente finalize esse processo nós vamos ter que fazer uma contratação de um profissional
781 especializado no tema, do qual a gente está fazendo a seleção e assim que concluído, então, a gente
782 faz o repasse das atividades e assume a partir de então o assunto de monitoramento dos mananciais.
783 Mas isso com muita parcimônia, com transição, a Márcia vai nos ajudar nesse sentido, com apoio do
784 Jonatas e equipe, e a gente então, está em busca de um profissional com a capacitação necessária para
785 que absorva essa atividade. Obrigada.

786
787 **01:23:04 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Conselheiro Roberto Resende? Pela minha lista aqui
788 temos Resende, Fernando Prioste e Paulo Nelson, é isso? E Jorge. Então, por favor, Roberto Resende.

789
790 **01:23:17 Roberto Resende:** Primeiro reforçar a preocupação do Andrés, porque eu acho que houve
791 um represamento nas atividades da CTs, então, ter que lidar com a demanda de agenda para essas
792 comissões tem prejuízo do que já está pautado, acho que é muito importante discutir aqui a minuta
793 das APRMs, e minha observação vai nesse sentido, da gente integrar, que eu acho que é o trabalho
794 aqui do conselho, por exemplo, com o próximo ponto de pauta, que é a questão da restauração. Eu li
795 muito rápido as duas minutas, eu sei que são realidades diferentes, mas assim, a gente sente falta do
796 tema restauração, tem resoluções, tem o Programa Refloresta, Programa Nascentes, a própria
797 aplicação do PRA, então a conexão diz que talvez uma APRM lá seja mais urbana, mas a outra acho
798 que aplica bastante esses termos, e acho que seria interessante aproveitar a Câmara Técnica
799 justamente para discutir essa conexão entre os assuntos, porque a gente sentiu falta aqui, em geral, a
800 lei de, a legislação de recursos hídricos não dialoga muito com a legislação florestal, então acho que
801 sempre que a gente tiver essa oportunidade, é interessante. Então acho que é oportuno, que a agenda
802 contemple os vários temas que estão na CTPP, mas eu queria chamar a atenção justamente para
803 conexão no caso das duas APRMs, a pauta do PRA e a pauta da restauração, de como é que a gente
804 conecta lá nesses dois territórios. Obrigado.

805
806 **01:24:50 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Fernando Prioste.

807
808 **01:24:54 Fernando Prioste:** Bom, novamente, bom dia a todos e todas. Agradecer ao César pela
809 apresentação, e na linha um pouco do que o Roberto estava falando, das interrelações, eu dei uma
810 olhada também nas propostas que vão ser discutidas lá na Comissão, e na Comissão Temática
811 Normativa Processante, a gente está discutindo um tema que toca aqui, por exemplo, na do Rio Guaió,
812 que diz respeito ao licenciamento ambiental e os municípios e as competências. A gente está fazendo
813 um debate lá sobre essas ações que impactam, justamente nas áreas de mananciais, e a competência
814 dos municípios relacionadas com a competência local nesse licenciamento. Então, uma questão que
815 está em debate é: nesse não licenciamento ambiental municipal, o impacto tem que ser de âmbito

816 local. Como que as atividades que são potencialmente poluidoras, por exemplo, dos recursos hídricos,
817 de tudo que diz respeito aos mananciais, podem ou não ser caracterizadas como potencialmente
818 impactantes, apenas no âmbito local. Então, tanto se o Conselho Estadual de Recursos Hídricos puder
819 participar de uma reunião nossa, onde que a gente for debater isso, vai ser importante como
820 eventualmente, quando a gente tiver nesse debate, lá nas Comissões de Políticas Públicas também,
821 para que não saiam normas conflitantes, porque tem disposições normativas aqui, tem a competência
822 do CONSEMA para que a gente possa, principalmente nessa parte de licenciamento, ter uma
823 orientação que seja um início nesses dois instrumentos normativos.

824

825 **01:26:15 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Já quer comentar? Por favor.

826

827 **01:26:17 César Louvison:** Acho que é mais prático. Bom conselheiro, agradeço o convite e sempre
828 que for feito lá estaremos. A equipe se desdobra, faz das tripas coração para estar presente em todas
829 as reuniões às quais somos convidados ou convocados.

830

831 **01:26:36 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Jorge Rocco.

832

833 **01:26:36 Jorge Rocco (Fiesp):** Bem, bom dia a todos. Primeiramente, parabéns César e os Comitês
834 de Bacia por essas propostas. Eu, pessoalmente acompanhei as duas como representante nesses
835 Comitês de Bacia. E aí, até aproveitando essa deixa do Roberto e a do Fernando, é importante
836 secretário, que a gente possa caminhar a lei específica e a própria Ata que aprova essas leis nos
837 Comitês de Bacia para a comissão, juntamente com o PDPA, que aí é o caderno técnico que aborda
838 tanto a questão estabelecida pelo Roberto, quanto ao licenciamento ambiental, que também estarão
839 lá pertinente no PDPA. Então, para a gente poder ler essa minuta, é necessário estar com o caderno
840 técnico que foi a base e, se for necessário, e se tiver dentro do Comitê, é nota técnica que foi elaborada
841 em função de alguma alteração dos estudos do PDPA ou aprovação que tenha de instrução (01:27:43),
842 isso é fundamental também para a gente entender o conteúdo da minuta da lei. Obrigado.

843

844 **01:27:49 Anselmo Guimarães:** Obrigado. César?

845

846 **01:27:54 César Louvison:** Obrigado, Jorge, pelo carinho. Os documentos encaminhados, eles estão
847 seguindo o processo naturalmente, e todos eles estão contemplados lá dentro, tanto PDPA, como a
848 apreciação técnica e o anteprojeto. Então ele será convenientemente distribuído. Obrigado.

849

850 **01:28:15 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pelo esclarecimento. Conselheiro Paulo Nelson.

851

852 **01:28:17 Paulo Nelson:** Só para reforçar a posição aqui do Roberto e do Fernando, da importância
853 de que a gente tenha as normas se conversando, e que essas discussões se façam de forma sinérgica.
854 Então, acho que é muito importante, até sugiro, que seja feito um estudo para que apresente essas
855 sinergia das legislações, para que a gente possa fazer essa discussão com um pouco mais de
856 aprofundamento e com a certeza de que a gente vai poder dar um parecer favorável àquilo que é
857 essencial. Está bom?

858

859 **01:28:53 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Paulo Nelson. Uma última
860 manifestação agora.

861

862 **01:28:58 Jorge Rocco:** Esqueci só de reforçar a colocação do César sobre convidar os representantes
863 dos Comitês de Bacia quando tiver a pauta na Comissão para que eles possam estar lá para
864 esclarecimento e com isso, facilitar a dinâmica dos debates e aprovação.

865

866 **01:29:21 Anselmo Guimarães:** Obrigado, senhores. Cristina Murgel, então.

867

868 **01:29:23 Cristina Murgel:** Então, eu queria só entender, eu acho que é um assunto que tem uma
869 certa urgência, e em outras pautas a gente optou por criar um grupo específico para discutir. Só uma
870 sugestão em relação a essa preocupação do conselheiro Andrés de você interromper uma pauta na
871 comissão, e realmente é complicado. Os dois assuntos são importantes, em outros assuntos eu lembro
872 que a opção do plenário foi essa, criou uma comissão hadoque com um objetivo e eu reforço aqui a
873 questão colocada aqui pelo Roberto Resende, dessa sinergia, e da gente ter esse olhar com essas
874 políticas que que interferem nesse território, e a complexidade da gente ver isso, então é uma sugestão
875 apenas.

876

877 **01:30:24 Anselmo Guimarães:** Obrigado pela sugestão. A gente encaminha até para a Comissão
878 Temática. Na última reunião me parece que não ficou, não foi um ponto que restou, assim, uma
879 necessidade de esclarecimento melhor. Ficou definido que ia buscar encerrar essa tarefa da logística
880 reversa e começar na sequência esse assunto da APRM, e até mesmo fazer reuniões, caso seja
881 necessário, reuniões específicas para cada ponto. Não misturar os dois assuntos, inclusive uma
882 sugestão do Jorge Rocco da Comissão. Então, gostaria agora, nesse momento, já aproveitar e
883 submeter ao plenário então essa proposta. Peço então aqueles que se manifestarem contrários ao
884 encaminhamento das tarefas que, por favor, se manifestem neste momento. Então, com relação à
885 minuta da APRM Rio Guaió e Cabuçu Tanque Grande, nenhuma manifestação contrária, muito
886 obrigado. E também com relação à APRM do Rio Jaguarari, por favor, se manifestem os contrários.
887 Tem uma mão levantada aqui do Rogério. Alguma manifestação contrária, Rogério? Rogério
888 Menezes. Bom, a Verônica está aqui com a gente. Não? Perfeito, fica registrado. Então aprovado por
889 unanimidade o encaminhamento à Comissão Temática de Políticas Públicas. Agora, dando sequência
890 à nossa pauta. Nós tínhamos aqui o assunto sobre o avanço dos projetos de restauração florestal,
891 aproveitando aqui já duas oportunidades, uma que ainda está cedo e segundo que a subsecretária
892 Samanta vai precisar se ausentar, gostaríamos aqui de propor ao plenário a inversão dessa pauta, até
893 para a gente poder discutir com mais tranquilidade após o item do Universaliza, a gente discute a
894 restauração. Se não houver, hoje, vai dar tempo, ainda está cedo, esperamos que sim, né? Ainda temos
895 tempo hábil. Então o plenário não se opõe, está aqui conosco a subsecretária Samanta, vai fazer para
896 nós a exposição do nosso próximo ponto de pauta, que é a apresentação do Programa Universaliza
897 SP, que foi instituído pelo Decreto 67.814, de julho de 2023. Ela está aqui conosco, vai fazer a
898 exposição seguida dos debates. Obrigado conselheiros.

899

900 **01:33:01 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Bom, obrigado, Anselmo. Obrigada,
901 Jonatas, pela inversão de pauta, todos os conselheiros que aprovaram. Prometo ser bastante breve

902 para que vocês tenham a oportunidade de explorar bastante a pauta seguinte. Tô aqui à disposição
903 também para tirar dúvidas de vocês. Bom, o programa Universaliza São Paulo ele vem ao encontro
904 da política pública que foi definida pelo governador Tarcísio de Freitas para a pauta de saneamento
905 como um todo no estado de São Paulo. Então, as premissas da política de saneamento em São Paulo
906 hoje é de antecipação da universalização do saneamento para o ano de 2029. Como todos sabem, o
907 novo marco legal do saneamento traz como meta a universalização até 2033 e, portanto, o desafio
908 colocado pelo nosso governador é de antecipação para 2029. A questão da modicidade tarifária, então
909 universalização, com uma tarifa justa e módica para a população, de forma que todos tenham acesso.
910 E o terceiro ponto é a questão da alavancagem de investimentos dentro desse setor que é tão carente.
911 Bom, um panorama do saneamento, inclusão de áreas rurais, comunidades tradicionais e povos
912 indígenas também estão nessa pauta. Os indicadores de saneamento no que diz respeito à água no
913 estado de São Paulo, eles são bastante relevantes em vista do que é praticado no Brasil, o de coleta e
914 tratamento de esgoto também, mas não nos faltam desafios ainda sobre esse tema, principalmente no
915 que diz respeito a coleta e tratamento de esgoto. Lembrando que o novo marco legal, ele traz como
916 premissa de atendimento de água e de esgoto a população atendida, é vinculado ao percentual de
917 população e não mais a domicílio como antigamente a gente fazia o acompanhamento. Bom, o estado
918 está dividido em 4 URAES: a URAE Sudeste é a URAE da Sabesp, onde está sendo estudado o plano
919 de desestatização também baseado nessas premissas já aqui colocadas, e nós tínhamos então o desafio
920 da URAE 2, 3 e 4, que apesar da publicação da lei estadual feita em 2021, até o dado momento, a
921 gente tinha pouquíssima adesão devido a inúmeros desafios que não haviam sido observados de forma
922 contundente no período anterior, e que nós, agora, fizemos algumas adequações inclusive no decreto
923 de governança das URAES, para que efetivamente nós alavancuemos a questão das URAES e
924 pratiquemos a regionalização também é desafio proposto no novo marco legal. Bom, aqui a gente
925 tem algumas questões, a considerar a média de investimentos realizados no setor de saneamento
926 básico nos últimos cinco anos, a gente pegou as URAES 2, 3 e 4, pegou retroativamente os últimos
927 cinco anos o volume de investimentos realizados no estado de São Paulo para esses municípios, que
928 são 275, e projetou esse volume de investimentos para o alcance das metas da universalização. Então,
929 se nós continuarmos com a mesma volumetria de investimentos no setor, nós conseguiríamos
930 alcançar a meta de universalização acima de 30 anos, com o volume de investimentos sendo feitos,
931 esses valores eles estão a valor presente e trazem aí uma média de 700 milhões de investimento/ano.
932 Desses 275 municípios, apenas 90 já têm a meta de universalização atendida, quando fala de 99 de
933 atendimento de água em 90% de atendimento total de esgoto, portanto, 185 municípios ainda não
934 atendem os índices de universalização, e 78% deles possuem menos de 50 mil habitantes, o que
935 dificulta ainda mais a questão da viabilidade econômico-financeira de atendimento aos investimentos
936 desses municípios. E, por fim, em 51% e 72% desses municípios, a tarifa de água e esgoto são
937 insuficientes para cobrir essa despesa. Então a gente tem municípios pequenos, taxas, tarifas de
938 esgoto insuficientes e um potencial de universalização muito grande, o que acontece, o que leva esses
939 30 anos de diagnóstico. E isso traz consequências que aqui eu tenho certeza que todos tenha a
940 consciência disso. Primeiro impacto na saúde pública, para cada 1 real investido, a gente economiza
941 4 em saúde pública. Degradação do meio ambiente, contaminação de água do solo e etc. Queda na
942 produtividade devido ao afastamento dos trabalhadores que não possuem saneamento. Desigualdade
943 social, porque interfere inclusive no ingresso de jovens no mercado de salário e a desvalorização
944 turística. Eu estou vendo que o senhores estão fotografando, essa apresentação está disponível no site

945 da SEMIL, no Universaliza. Chama Universaliza SP, só baixar. Ela está lá já disponível para vocês,
946 está bom? Para facilitar, mas se quiserem fotografar também fica à vontade. Só a título de informação.
947 Bom, Universaliza São Paulo, então, é um programa instituído agora em julho pelo governo do estado
948 de São Paulo, com o objetivo de antecipar as metas por meio de apoio técnico aos municípios não
949 operados pela Sabesp. As premissas observadas para a construção do projeto, como eu já falei:
950 preservação do meio ambiente e segurança hídrica; modicidade tarifária; estabelecimento de
951 parcerias público-privadas para a viabilização do investimento; diminuição das perdas de água em
952 redes existentes; intensificação do uso de tecnologia e antecipação da meta de 2033. Os objetivos:
953 viabilizar a universalização; promover a regionalização principalmente nessas áreas onde os
954 municípios são pequenos, a regionalização se faz muito importante para que dê sustentabilidade dos
955 serviços e incentivar as soluções sustentáveis sobre a perspectiva ambiental, social e econômica,
956 trazendo uma governança mais parruda para o saneamento. Os caminhos que a gente entende serem
957 importantes: reduzir o custo e o tempo para antecipação das metas; geração do ganho de escala,
958 otimização de recursos através de modelagem que primem pela performance, a remuneração com
959 base na performance do serviço entregue; e implementação de uma estrutura no âmbito das URAES
960 respeitando a proporcionalidade dos entes federados. E aí, com essa com a alavancagem do projeto,
961 a gente entende que vai ter uma redução de custos com a saúde, que vai trazer uma economia para o
962 estado em torno de 2,2 bilhões com a saúde, um aumento de produtividade, injetando 8,2 bilhões no
963 mercado de trabalho, uma melhoria na escolaridade, reduzindo o atraso escolar em torno de 6,2%,
964 uma valorização imobiliária, com ganhos no setor em torno de 42,1 bilhão, expansão do turismo com
965 receitas de 200 milhões/ano, renda nas operações com geração de emprego, para cada um bilhão de
966 reais investido em saneamento a gente tem em torno de de geração de 40 mil empregos, então isso
967 traria bastante geração de emprego dentro do estado de São Paulo, e um retorno de 2,46 reais para a
968 sociedade a cada real investido em infraestrutura. Como funciona o programa? Ele vai proporcionar,
969 então, como eu já disse, o suporte aos municípios. Ele tem, como meta, atrair investimento privado
970 para a expansão de infraestrutura com um modelo que priorize eficiência e preços acessíveis. As
971 etapas que a gente vai oferecer, então, a modelo é a construção de modelos de contratação de
972 concessões ou parcerias público privadas, com a elaboração de matriz de risco na prestação de
973 serviço, avaliação do arcabouço jurídico vigente para a estruturação, montagem da estrutura de
974 governança em gestão, mapeamento de receitas acessórias, identificação do modelo regulatório mais
975 adequado aos modelos pré-estabelecidos. Os próximos passos, então, a gente está hoje no prazo de
976 adesão ao programa. Nós já temos 65 municípios aderidos até anteontem. Hoje eu ainda não vi a
977 adesão. Alinhamento e definição das premissas em conjunto com as prefeituras municipais. Nada
978 será definido unilateralmente, todos os projetos e modelagens serão oferecidos de acordo com as
979 necessidades e, principalmente, com as peculiaridades de cada região. A partir daí, então, a gente
980 parte para o estudo de viabilidade, montagem das soluções, apresenta e valida as propostas aos grupos
981 de municípios que se elegeram ao programa, faz as consultas e apresentação a sociedade civil para
982 as contribuições necessárias e eventuais ajustes e, a partir da validação, então, a gente leva para o
983 apoio aos municípios nos processos de contratação e implementação do modelo dentro do estado de
984 São Paulo. Bom, esse é o Universaliza São Paulo. Fico aqui à disposição se tenham alguma dúvida e
985 muito obrigada pelo espaço de apresentação.

986
987 **01:44:40 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, subsecretária Samanta, conselheira tentando aqui a

988 Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico. Só esclarecer que todas as exposições,
989 assim que acabar as reuniões do plenário do CONSEMA, já estão em vídeo, no *YouTube*, e a gente
990 já disponibiliza na internet, no mesmo dia, já na página do CONSEMA, só para esclarecer sempre,
991 né? Eu acho que é importante. Então, abro a palavra aqui aos conselheiros então já para se manifestar,
992 deixa eu começar a notar aqui, por favor. Nós temos o conselheiro Gilmar, nós temos o conselheiro
993 que está ali traz, Eduardo Leduc aqui conosco, conselheiro Fernando Prioste, conselheiro Paulo
994 Nelson e o conselheiro Crepaldi. Inicialmente, o conselho Gilmar Ogawa, representante da Faesp.

995
996 **01:41:41 Gilmar Ogawa:** Eu não tenho muito firme o entendimento que você tinha falado que se
997 usa o critério da densidade, né? E nós temos citado o número, acho que foi em 74% dos municípios,
998 não é? Então, na faixa dos 50 mil habitantes. Então, são municípios que têm baixa densidade
999 populacional. Nessa questão, esses municípios tendem a ser, pelo que eu estou vendo, de uma certa
1000 forma prejudicados. A gente vê, por exemplo, nas áreas rurais que são de baixa densidade, eu queria
1001 saber como é que fica essa priorização, por exemplo, desse público que estão nessas áreas aí, já que
1002 apareceu que o foco em cima de áreas urbanas com alta densidade.

1003
1004 **01:46:44 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Não, é o inverso. Anteriormente, quando
1005 era feito os contratos de programa, por exemplo, ou até de concessão, geralmente se levava em
1006 consideração apenas a área urbana, que era considerada como área atendível. Hoje, o marco legal
1007 preconiza a população e, portanto, é qualquer pessoa. Ninguém pode ficar para trás. Portanto, tem
1008 que ter o atendimento nas áreas rurais. Tem que ter o atendimento nas comunidades tradicionais e
1009 para os povos indígenas. Tanto que a gente vai ter um aumento no atendimento, principalmente
1010 porque tem que atender essas áreas, podem ser com soluções de redes públicas ou soluções ou
1011 isoladas, mas precisa estar incluso e ter o atendimento. É o inverso do entendimento do senhor. É
1012 justamente entrar nessas áreas.

1013
1014 **01:47:43 Gilmar Ogawa (Faesp):** Como esses municípios menores serão contemplados com
1015 recurso?

1016
1017 **01:47:51 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Eles vão ser contemplados com o modelo
1018 de regionalização. O governo do estado vai colocar, vai investir dinheiro em modelar soluções para
1019 parcerias de concessões e público-privadas, para que através da parceria com o privado a gente
1020 capture mais investimentos para essas regiões. Por isso a importância da regionalização, para os
1021 municípios se aglutinarem em conjunto, viabilizarem as soluções de saneamento, não serão isolados,
1022 serão em grupos. Isso o marco legal já traz como premissa para que a gente alavanque os
1023 investimentos e justamente viabilize essas áreas que têm uma menor densidade demográfica.

1024
1025 **01:48:40 Gilmar Ogawa:** Tá bom, obrigado.

1026
1027 **01:48:42 Anselmo Guimarães:** Por favor, agora o conselheiro Eduardo Leduc.

1028
1029 **01:48:46 Eduardo Leduc:** Olá. Muito obrigado e parabéns pela apresentação. É um fato
1030 fundamental para a saúde e também ao meio ambiente, mas principalmente à saúde aqui. Nós temos

1031 enfrentado alguns problemas em projetos de despoluição de rios, onde a gente avança com a Sabesp,
1032 consegue resolver bastante coisa, porém, chega nas pessoas que não tem o documento de propriedade,
1033 o registro, a escritura, pessoas que estão em processos de inventário ou são moradores da região,
1034 principalmente próximos a rios, que não conseguem um espelho da prefeitura para poder fazer a
1035 conexão. Então às vezes a conexão está passando na frente da casa, mas ele continua jogando esgoto
1036 no rio porque ele não consegue a conexão. Discutimos com a Sabesp, que na verdade, o fato de dar
1037 água ou recolher o esgoto não significaria você estar dando um atestado de propriedade ou escritura.
1038 Essa pessoa já paga a conta de luz, internet, ela já tem endereço, tem CEP, tem tudo isso, porém, nós
1039 temos ali vários casos, e é por isso que não solucionamos o problema que não avança, porque essa
1040 pessoa não consegue conectar. O que vocês estão prevendo fazer para solucionar esse problema?

1041
1042 **01:50:11 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** O próprio marco legal já prevê isso e vai
1043 um pouco ao encontro da pergunta anterior, as áreas irregulares já consolidadas, elas precisarão ser
1044 atendidas, então elas já fazem parte desse trabalho. No projeto de desestatização da Sabesp, isso
1045 também está sendo considerado.

1046
1047 **01:50:33 Eduardo Leduc:** Ou seja, a prefeitura vai ter que dar o espelho para que essa pessoa possa
1048 conectar. A partir de quando?

1049
1050 **01:50:37 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** A partir da revisão, no caso da Sabesp, da
1051 revisão dos contratos, porque os contratos ainda, as contratualizações ainda não permitem isso, então
1052 precisa ser feita a revisão dos contratos e nós estamos nessa fase conversando com os prefeitos
1053 justamente para apresentar o projeto de desestatização e validar essas áreas que hoje são consideradas
1054 não atendíveis no próximo contrato, isso dá em torno, olhando na área de atendimento da Sabesp, dos
1055 375 municípios, dá em torno de 1 milhão, 1 milhão e pouco de pessoas que serão atendidas nessa
1056 situação, e no caso dos municípios do Universaliza, que não são os operados pela Sabesp, sim os
1057 outros 275 que estão fora, os 270 que estão fora da Sabesp, esses serão através dos contratos de PPPs
1058 e concessões.

1059
1060 **01:51:38 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Fernando Prioste, por favor.

1061
1062 **01:51:45 Fernando Prioste:** Bom dia, Samanta. Obrigado pela apresentação. A minha questão vai
1063 muito relacionada às áreas rurais, povos e comunidades tradicionais, em dois aspectos: um deles
1064 principalmente relacionada à viabilidade econômica financeira, que tipo de arranjo vocês estão
1065 pensando? Pensando hoje, mas também no longo prazo. Da instalação, operação e manutenção,
1066 principalmente dessas unidades sanitárias individuais, que, acredito eu, talvez seja a melhor saída
1067 nessas comunidades tradicionais, indígenas, tem um certo isolamento, né? Porque o que a gente vê
1068 hoje no Vale do Ribeira é realmente uma situação absolutamente precária com isso, e lendo o decreto,
1069 a sua apresentação, para mim ainda não ficou nítido como é que vocês estão pensando essa estrutura.
1070 E a segunda questão nessa linha, como é que vocês pensam o diálogo com povos e comunidades
1071 tradicionais para institucionalização desse arranjo, partindo de duas premissas, de que a participação
1072 desses sujeitos é importante e que a convenção 69 da OIT também determina que toda alteração

1073 administrativa, seja do ponto de vista da regulação, da operação, deve passar por consulta, vocês
1074 estão dialogando com esse segmento da população para tratar sobre isso.

1075
1076 **01:52:50 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Bom, são dois pontos, a questão do
1077 atendimento num novo marco legal, isso já vem explícito. O atendimento a essas regiões só serão
1078 considerados como atendido efetivamente quando a operadora, além da implantação, fizer a operação
1079 e manutenção. Então haverá um serviço de operação e manutenção para esse tipo de solução de
1080 saneamento em áreas rurais, em comunidades isoladas, vamos dizer assim, então isso já está previsto,
1081 não no decreto, mas sim na lei, a lei já preconiza e vai ter que ser colocada em prática até para que a
1082 gente considere que é uma população efetivamente atendida, não é só implantação, operação e
1083 manutenção também, então isso está previsto na lei do marco legal, e a questão da consulta às
1084 populações, a sociedade civil, nesse caso específico, o próprio decreto que saiu agora no final do mês,
1085 ele já inclui, dentro do conselho das URAES representantes de comunidades tradicionais, povos
1086 indígenas e comunidades rurais que farão parte do conselho de gestão das URAES, dos conselhos
1087 deliberativos e todas as decisões que forem tomadas, elas serão remetidas a esse comitê que terá,
1088 onde a comunidade também terá acento e participaram dessa decisão, inclusive, a gente já está
1089 fazendo esse trabalho em parceria com o Rodrigo da Fundação Florestal para a gente mobilizar e
1090 levar essa informação até essas comunidades, até para mobilizá-lo e trazê-los para dentro da
1091 discussão.

1092
1093 **01:54:38 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro.

1094
1095 **01:54:45 Fernando Prioste:** Seguindo nesse diálogo, entendo que tem essa previsão da legislação
1096 específica do atendimento, isso é excelente. A questão é mais do ponto de vista da operação, de como
1097 vocês estão pensando isso, tanto na modelagem econômico-financeira, como no rol das prioridades,
1098 porque, enfim, geralmente as empresas vão atrás primeiro daquilo que vai lhe satisfazer melhor do
1099 ponto de vista econômico-financeiro, né? Então como é a modelagem disso? Tem uma análise de
1100 prioridade, como é que vocês pensam justamente essas áreas que são mais difíceis, tem maior custo.
1101 Como que isso seria internalizado na proposta efetiva?

1102
1103 **01:55:17 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Isso faz parte da modelagem e estará
1104 dentro do prazo de atendimento até 2029. Então, através da modelagem que foi feita, e aí não está só
1105 a comunidade rural e sim toda a região que será atendida daquela municipalidade, vai ser feita uma
1106 priorização de atendimento. Hoje a grande maioria das demandas de implantação estão em regiões
1107 como essas, e até 2029 a gente vai ter que completar, vai ter que alcançar diluído dentro desse espaço
1108 de tempo onde será feita a contratualização, que deve ser em meados de 2024, segundo semestre de
1109 2024, até 2029, toda essa população identificada deve ser atendida com a infraestrutura de
1110 comunidades isoladas até, só para não ficar colocando todas aí, tá bom?

1111
1112 **01:56:14 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Conselheiro Paulo Nelson.

1113
1114 **01:56:16 Paulo Nelson:** Bom dia, secretária. Muito obrigado pela apresentação. Eu acho que o tema
1115 é extremamente relevante e a gente traz aqui um tema que nos é muito caro. Eu fiquei contente até

1116 com a doutora Rosa na OAB, ela abriu um grupo de estudos específico para estudar saneamento e
1117 debater a lei. Mas eu tenho algumas questões que me incomodam um pouco, que eu gostaria que, se
1118 a senhora pudesse, me esclarecer. A primeira questão é a divisão das URAES. A gente vê que, pelo
1119 mapa apresentado, elas estão muito mais em função do que a Sabesp opera e não pensam naquilo que
1120 para mim é essencial quando você pensa em regionalização, porque quando pensamos em
1121 regionalização nós temos que pensar quais são as Ugrhis que estão vinculadas àqueles municípios e,
1122 portanto, são os mananciais que vão fornecer água para aqueles municípios regionalizados e as
1123 estações de tratamento que serão utilizadas para que seja feito justamente tratamento de esgoto. A
1124 gente está num processo de privatização do sistema de saneamento, e a gente sentiu uma preocupação
1125 muito grande de que existem, às vezes, estações de tratamento que operam subdimensionadas, porque
1126 tem alguns municípios que não estão vinculados à Sabesp, e essas estações são da Sabesp. E assim,
1127 quando a gente vê um programa de universalização, a gente precisa começar a integrar tudo isso,
1128 porque tem que criar um marco regulatório para que possa, cada município, utilizar daqueles serviços
1129 que já estão lá. Uma outra questão que me é muito cara também é a questão da operação. Eu sinto
1130 que no litoral norte, por exemplo, a gente vê muitos lugares em que existe coleta, mas não existe
1131 tratamento. E coleta não é tratamento, não é? Eu acho que isso precisa deixar bem diferenciado essas
1132 questões, e as estações que são trabalhadas sob o ponto de vista, é às vezes, muito jogamos dejetos
1133 quando as estações de rebombeamento em plena praia. Então, muitas vezes temos questões de
1134 bandeira vermelha em praias em razão de mau operação da Sabesp. Então acho que essa é uma
1135 questão que gostaria também de saber como é que isso está sendo tratado dentro desse universo de
1136 regulamentação, porque a gente precisa, como sociedade civil, saber como operacionalizar e como
1137 cobrar o poder público das efetividades. Obrigado.

1138
1139 **01:59:16 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Vamos lá. Obrigada pela pergunta. A
1140 questão da Sabesp, sobre a operação no litoral norte, a estratégia é exatamente a mesma do
1141 Universaliza São Paulo. Então nós vamos também trabalhar com a meta de 2029. Esse projeto já está
1142 sendo apresentado para os prefeitos. Semana que vem, se eu não me engano, a gente tem litoral norte,
1143 mas independente do trabalho do projeto de desestatização da Sabesp, estas obras de melhoria do
1144 tratamento de esgoto no litoral norte, elas já estavam previstas no plano atual da Sabesp, tem previsão
1145 de início em toda a região litorânea norte agora no ano de 2024, para execução durante 2024 e meados
1146 de 2025. Então isso está encaminhado. Em relação à regionalização, o senhor tem toda razão. A gente
1147 precisa realmente validar ou revalidar a estrutura de URAES na 2, na 3, na 4 e através das adesões
1148 do Universaliza, dos municípios que aderirem, nós vamos rever a regionalização, se necessário, de
1149 forma a trazer uma lógica mais adequada na prestação de serviço. Isso não está descartado, depende
1150 das adesões para que a gente forme os blocos e reveja essa regionalização se for necessário, tá bom?

1151
1152 **02:01:00 Paulo Nelson:** Só uma questãozinha, quer dizer, nessa questão, porque nós estamos, assim,
1153 num processo que, independente do Universaliza, nós temos uma realidade que é a realidade que hoje
1154 de operação, e assim, como é que o governo do estado está tratando essas questões das privatizações,
1155 e até porque a Sabesp, pelo que tudo indica, está em vias de, então, como é que isso já está sendo
1156 tratado sob o ponto de vista de conexão dos diversos serviços, ainda que não sejam da mesma
1157 operadora. Porque eu acho que isso é uma questão que hoje já é premente, independente da
1158 implantação do Universaliza.

1159
1160 **02:01:40 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Bom, da Sabesp está sendo encaminhado,
1161 como o senhor bem disse, está bem adiantado o processo, e no caso de eventuais compartilhamentos
1162 de infraestrutura, isso pode ser avaliado de acordo com os próximos operadores ou com os operadores
1163 atuais, ou os próximos que virão para os municípios não operados de eventualmente fazer um contrato
1164 de interdependência com a Sabesp e utilizar as instalações da Sabesp como o próprio município de
1165 São Caetano já faz aqui em São Paulo, ele opera, mas quem produz a água é a Sabesp, quem trata o
1166 esgoto também é a Sabesp, e ele faz a distribuição. Isso também é possível, tá? Tudo depende da
1167 viabilidade econômico-financeira do projeto, que vai ser instalado na regionalização. Uma coisa não
1168 inviabiliza a outra, tá bom?

1169
1170 **02:02:31 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Nós temos ainda inscrito o conselheiro Ricardo
1171 Crepaldi e o conselheiro Henrique Kefalás. Por favor?

1172
1173 **02:02:40 Ricardo Crepaldi:** Samanta, obrigado pela apresentação. Eu tenho dois pontos que acho
1174 que é importante os demais conselheiros entenderem, a gente colocar. Uma coisa é a gente fazer uma
1175 modelagem, outra coisa é passar essa modelagem nas Câmaras Municipais. Então, uma primeira
1176 pergunta sobre isso: se dentro desse processo de ajuda aos municípios, se tem essa ajuda porque não
1177 tem pessoal técnico na maioria dos municípios para explicar as modelagens e tentar convencer que a
1178 Câmara aprove isso daí, né? Isso é um ponto. Outro ponto é sobre, claro, comunidades isoladas, a
1179 gente até teve um evento na ABES e foi colocado isso, e você estava lá, mas tem um ponto das
1180 comunidades isoladas que é muito importante, principalmente para tratamento de esgoto, a PL 2050,
1181 ela que, na regulamentação para o metano, ela coloca itens para obrigar a cogeração de energia a
1182 partir do metano, porém, nas comunidades isoladas isso é muito pequena geração, isso inviabiliza os
1183 sistemas anaeróbicos, que são os mais rentáveis, são mais possíveis para fazer nessas pequenas
1184 comunidades isoladas. Se isso já está sendo contemplado já como uma premissa e discussão dentro
1185 quando se vai fazer uma modelagem neste programa Universaliza São Paulo?

1186
1187 **02:04:04 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Bom, primeiro ponto, sim, essa parte de
1188 assistência técnica inclui também a exposição nas Câmaras Municipais para ajudar os prefeitos a
1189 fazerem esse convencimento, essa explicação do melhor modelo, e a questão da utilização da
1190 tecnologia mais adequada nas comunidades rurais, a gente vai fazer um *book*, a ideia é comunidades
1191 rurais ou isoladas, a gente vai construir em parceria com o pessoal do meio ambiente, principalmente
1192 com a Cetesb, as possibilidades e as melhores tecnologias a serem implementadas nessas regiões.
1193 Então, o concessionário ou parceiro público privado ele vai ter uma prateleira de tecnologias
1194 aprovadas ambientalmente para que possam ser implementadas nessas regiões com menor custo
1195 possível. Ok?

1196
1197 **02:05:04 Anselmo Guimarães:** Obrigado. E por último, o conselheiro Henrique Kefalás. Seja bem-
1198 vindo, a palavra é sua.

1199
1200 **02:05:14 Henrique Kefalás (Linha D'Água):** Bom dia a todos e todas, Samanta, obrigado pela
1201 apresentação. Eu queria voltar no ponto que o conselheiro Fernando Prioste estava destacando, acerca

1202 da possibilidade ou de que forma vocês veem nessa construção da modelagem para essas parcerias
1203 público comunitárias a consideração de estratégias já localmente adotadas. E aí, conciliando isso,
1204 tanto da própria estrutura, as capacidades que as comunidades locais têm de já trabalharem
1205 alternativas e formas de tratamento do esgoto, mas também dos resíduos sólidos nessas comunidades
1206 um pouco mais isolados, digamos assim, e agora você mencionou esse rol de alternativas técnicas
1207 que estariam disponíveis, né? Então, em que medida essas iniciativas disponibilizadas vão estar já
1208 partindo de iniciativas já adotadas nas comunidades e que já tenham, inclusive, o reconhecimento ou
1209 a superação de gargalos, muitas vezes impostos colocados pela própria Cetesb para adoção dessas
1210 estratégias?

1211
1212 **02:06:17 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** As que já estão com a infraestrutura
1213 colocada, elas serão mantidas se estiverem adequadas, as premissas estipuladas por nós e licenciadas,
1214 como você já trouxe aqui são, se estão, não tem problema, continua. O que a concessionária vai ter a
1215 possibilidade de fazer é disponibilizar um serviço de manutenção e operação para essas que já estão
1216 implantadas. Tá? Mas serão consideradas, não terão custo, é óbvio.

1217
1218 **02:06:57 Henrique Kefalás:** Só complementando essa sugestão, esse pedido para que seja
1219 considerado nessas modelagens não apenas grandes empresas e conglomerados que possam atender
1220 serviços, mas que arranjo locais que possam aproveitar as capacidades localmente desenvolvidas já
1221 para poder serem eles também esses parceiros da Sabesp na execução desse serviço.

1222
1223 **02:07:20 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Que a gente não está falando de Sabesp
1224 aqui, tá?

1225
1226 **02:07:22 Henrique Kefalás:** Sim, eu digo, na execução de outras...

1227
1228 **02:07:26 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Perfeito, mas tá entendido, são os
1229 municípios, a gente está falando de municípios não operados pela Sabesp, que ele perguntou se o
1230 saneamento está, são os não operados.

1231
1232 **02:07:37 Beloyanis Monteiro (SOS Mata Atlântica):** Com essa questão da privatização, na sua
1233 fala, eu fiquei... Obrigado.

1234
1235 **02:07:45 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, subsecretária Samanta, foi uma honra tê-la
1236 conosco, é uma das potencialidades da gente estar nesse sistema integrado, que participa do conselho,
1237 a gente pode ter essa multiplicidade de vieses, de discussões e riquezas. Muito obrigado pela
1238 participação.

1239
1240 **02:08:03 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Eu que agradeço a consideração de todos.
1241 A gente vai considerar que os pontos que foram tratados, eu vou continuar na reunião até meio-dia e
1242 aí a meio-dia vocês vão ver eu saindo, mas é porque eu tenho uma reunião agora meio-dia e meia, tá
1243 ok? Muito obrigada, uma boa tarde, bom dia para todos.

1244
1245 **02:08:21 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Então convida a todos e a todas para o próximo
1246 item da pauta, tinha sido objeto de adiamento da última plenária, justamente no intuito de que pudesse
1247 ser melhor explorado e debatido, que é a apresentação e discussão sobre os avanços, estruturação dos
1248 projetos de restauração florestal no âmbito do estado de São Paulo. Subsecretário do meio ambiente
1249 e conselheiro Jonatas Trindade já está se posicionando para fazer a exposição. Convidamos também
1250 a nossa ex-conselheira, na verdade, sempre conselheira Helena Carrascoza também para participar,
1251 ela vai se posicionar lá junto com o subsecretário Jonatas.

1252
1253 **02:09:01 Jonatas Trindade:** Então vamos lá, pessoal. Vou tentar contextualizar um pouquinho do
1254 trabalho que está sendo desenvolvido e a importância da participação de vocês nesse processo como
1255 um todo. Nós temos o compromisso público de restaurar até 2026, de 37,5 mil hectares no estado de
1256 São Paulo. Entrou no nosso plano estadual, foi incluído na proposta do PPA, e esse trabalho tem sido
1257 feito de uma forma muito positiva internamente, pelas equipes técnicas, com envolvimento de outros
1258 atores, como a própria FIA-USP, que tem colaborado nesse processo de organização das estratégias,
1259 que a gente entende como factíveis para trazer a escala que a gente espera nessa questão da
1260 restauração. Nós queremos, temos o objetivo de estabelecer uma economia da restauração florestal
1261 no estado de São Paulo. Nós temos um desafio grande de restauração para os próximos anos que foi
1262 estabelecido na gestão anterior, dentro do Plano de Ação Climática, como uma estratégia de
1263 mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Eu entendo que a restauração florestal é
1264 primordial para esse processo, dentro do que se espera do ponto de vista técnico, e chegando à São
1265 Paulo eu fiquei muito bem surpreendido com o trabalho que já vinha sendo desenvolvido, e esse
1266 trabalho foi trabalhado considerando as premissas e as bases que já vinham sendo trabalhadas. Nós
1267 trouxemos o indicativo da necessidade de trazer escala a esses projetos, essa tem sido a tônica desde
1268 o início, quando eu cheguei. É importante ter restauração mas ter restauração com escala para que a
1269 gente pense nessa economia florestal, não só do ponto de vista de ganhos ambientais, mas de ter um
1270 mercado que possa produzir madeira no estado de São Paulo, madeira nativa para diminuir a pressão
1271 do desmatamento ilegal, por exemplo, na Amazônia, e a gente sabe que o estado de São Paulo é um
1272 grande mercado consumidor de madeira da região amazônica, então nada melhor do que pensar e
1273 estruturar o mercado que traga esse benefício esperado com a floresta em pé e, logicamente, tentando
1274 desenvolver um modelo econômico que se sustente. Então, nessa sistemática, pegamos, trabalhamos
1275 dentro da estratégia do programa Refloresta São Paulo, lembrando que tenha o Conexão Mata
1276 Atlântica, e já funciona, funciona muito bem. O Projeto Nascentes, com objetivo, com um olhar muito
1277 da formação de corredores ecológicos, mas aqueles corredores que façam sentido para a fauna e flora,
1278 pensando em fluxo gênico, pensando em realmente ter algo que beneficie também a questão dos
1279 mananciais. E aí, com olhar também no âmbito do licenciamento ambiental, em especial na
1280 concretização dos termos de compromisso ambiental. Dentro dessa estratégia, e olhando o que já vem
1281 sendo desenvolvido, nós temos dentro do estado de São Paulo, ao longo do tempo, as áreas em
1282 restauração que foram cadastradas no sistema, no SARE (Sistema de Apoio à Restauração
1283 Ecológica), e que é importante a gente fortalecer esse instrumento de apoio ao acompanhamento da
1284 restauração no estado. Até 2022 foram desenvolvidos 29 mil hectares, desde que o sistema foi
1285 implantado em 2016 com esse histórico que a gente consegue observar. E aí, com um olhar mais para
1286 bioma, a importância que tem a Mata Atlântica aqui no estado nessa questão da restauração, mas o

1287 que eu venho insistindo muito também na conversa que a gente vem fazendo, é ter um olhar especial
1288 para o Cerrado, nós vamos ter que ter algumas estratégias em especial para o Cerrado, ver como é
1289 que a gente amplia, amplifica esse processo de restauração nesses biomas. E aí, trazendo uma
1290 perspectiva do cadastro, do que tem no SARE em relação à questão de restauração, foi desenvolvido
1291 essa tabela em que vocês podem olhar que as restaurações, elas tem alguns focos específicos e aqui
1292 destacando, a bacia do Turvo Grande, o Pontal do Paranapanema, o médio Paranapanema como áreas
1293 que tem um destaque em relação a esse processo de restauração. E aí, dentro dessa estratégia também,
1294 buscar amplificar outras áreas que tenham a necessidade de trabalhar na restauração, como por
1295 exemplo, na bacia do Tietê. A gente tem que ter esse olhar também para o Tietê, nós estamos fazendo
1296 parte desse fórum de trabalho junto do Integra Tietê, e tem essa importância de olhar para as bacias,
1297 não só para as bacias, mas para os grandes e pequenos maciços florestais nessa estratégia de
1298 restauração. E aí, acho que tem alguns pontos que trazem e também direcionar essa baliza, a
1299 importância do Ministério Público, por exemplo, nos acordos que foram realizados e que estão
1300 registrados no SARE de projetos de restauração que estão em execução. Então, o Ministério Público
1301 pode, esperamos que seja um grande parceiro nesse processo, as próprias exigências de licenciamento
1302 ambiental e de reparação de danos, tanto realizado pela Cetesb e na questão das conversão de multas,
1303 que tem um trabalho forte da Polícia Militar Ambiental aqui no estado, e dos acordos e decisões
1304 judiciais. Então ter esse espectro como um orientador também faz com que as estratégias tenham esse
1305 olhar direcionado para essa pegada que a gente quer da restauração. E aí um destaque em relação à
1306 questão de projeto voluntário, que é algo que a gente tem discutido e procurado parcerias para poder
1307 fomentar esses projetos voluntários. Nós estamos numa expectativa ou numa perspectiva da discussão
1308 da questão do mercado de carbono, que eu acho que vai também trazer um arranjo importante, está
1309 em discussão lá no Congresso Nacional, então a gente vem acompanhando essa pauta e fazendo
1310 algumas discussões internas com o objetivo de buscar nessa estratégia essa questão de projetos
1311 voluntários. E aí, como um exemplo, a AstraZeneca, e já foi falado isso aqui em reuniões anteriores,
1312 firmou uma parceria com o IPÊ, com o objetivo também de fazer esse processo de restauração no
1313 Pontal, num projeto ambicioso de 6 mil hectares. A gente tem procurado outras parcerias, nós temos
1314 um trabalho junto com a AstraZeneca de acompanhar esse processo de restauração lá na no Pontal, e
1315 querendo que outras empresas ou outros atores possam colaborar ou possam participar desse
1316 processo, e a gente acredita que sim, nós vamos conseguir alcançar esse resultado e a medida que a
1317 gente tenha algo estruturado, e é esse o trabalho que a equipe técnica da Secretaria tem feito, a gente
1318 tem certeza que essa economia ou esse arranjo de restauração no estado de São Paulo, porque um
1319 arranjo... Por que eu falo que é um arranjo? Porque a gente tem que pensar a questão de produção de
1320 mudas, a gente tem que pensar no que isso gera de emprego e renda, no que isso pode gerar de renda,
1321 por exemplo, para as comunidades tradicionais, para os quilombolas, para os indígenas. Todos os
1322 arranjos que podem fazer parte desse processo de criar uma estrutura no estado de São Paulo ou
1323 fortalecer uma estrutura que muitos já dizem que já existiu, de forma mais robusta, mas que tenha
1324 um arranjo que o estado participe, mas um estado não seja o ator principal, o ator principal seria o
1325 próprio interesse de algumas empresas ou de entidades e associações, o estado trabalhando de forma
1326 parceira com esse processo para que a gente viabilize esse processo de restauração no estado de São
1327 Paulo, que nós temos um desafio grande até 2050 de restauração aí de 1,5 de hectares no estado como
1328 um todo. É um desafio grande, é um desafio que eu entendo que é factível, mas a gente tem que
1329 começar num processo que se auto proporcione, que gere essa aderência e que haja uma amplificação

1330 desse processo. No início dessa discussão o pessoal da equipe técnica ficou bastante preocupado com
1331 o desafio dessa restauração de 37 mil hectares, 37.500 hectares, e todo mundo correndo, trabalhando
1332 para que a gente realmente tenha um arranjo que supere esse resultado que a gente está esperando. E
1333 aí, olhando mais diretamente para os programas, e aí com um olhar no Refloresta, a lógica que tem
1334 por trás do Refloresta na implantação de florestas multifuncionais, e também de pensar em sistema
1335 agroflorestais e se for pastoris, de forma a contribuir com essa mitigação e com o objetivo de conciliar
1336 a produção agrícola com a floresta em pé. A gente tem dentro dessa lógica, considerando o Refloresta
1337 como grande arranjo, grande programa que agrega os demais programas e projetos, como algo com
1338 um olhar transversal para tudo o que possa ser desenvolvido em relação à restauração no estado de
1339 São Paulo. E aí, indo para o Nascentes, a gente tem a possibilidade de ter projetos de prateleira e isso
1340 traz um ganho, a gente tem procurado, por exemplo, algumas empresas com o objetivo de mostrar
1341 que nós temos mecanismos de oferecer, por exemplo, projetos já disponíveis de prateleira, por
1342 exemplo, para cumprir alguma obrigação do licenciamento ambiental, e isso trazer o benefício que é,
1343 que ele se mete entre a necessidade daquele empreendedor e a obrigação que ele tem que cumprir
1344 com a disponibilidade dessas áreas, então também está em pauta fortalecer essa questão dos projetos
1345 de prateleira, ampliar, considerando também as Unidades de Conservação e outras áreas privadas que
1346 tenham interesse de restaurar, seja por alguma obrigação legal, ou seja, por alguma questão de
1347 iniciativa voluntária, mas com objetivo de amplificar a restauração por meio desse tipo de estratégia.
1348 E aí, no mesmo sentido, nós temos o banco de áreas nas Unidades de Conservação, e a possibilidade
1349 também de ter outro arranjo que eu vou falar um pouquinho mais a frente, que a gente já vem
1350 discutindo nessa mesma estratégia, de tentar buscar a regularidade ambiental de algumas áreas, e
1351 buscar esse ganho com essa questão da restauração. E aí, pensando nessa estratégia, nós temos uma
1352 conversa com o Itesp e com a esse SAA, com objetivo de fazer um trabalho consorciado de
1353 restauração das APPs e recomposição das reservas legais associada à titulação dos lotes. Então,
1354 pensar nesse arranjo de trazer a regularidade do ponto de vista não só cartorial, mas do ponto de vista
1355 ambiental, então a importância dessa conversa com o Itesp, que já identificou aproximadamente 14
1356 mil hectares possíveis de serem restaurados dentro das áreas de assentamento rural. Então, é tentar
1357 consorciar as políticas públicas com esse objetivo, com esse olhar de trazer a regularidade e trazer o
1358 benefício ambiental. E aí a gente tem um impacto positivo nesse processo todo, entendendo que isso
1359 é o caminho que pode trazer algo relevante para essas comunidades, porque se você regularizar do
1360 ponto de vista fundiário, sem regularizar a questão ambiental, é uma coisa que não vai casar e não
1361 vai funcionar. E aí, voltando para a questão do Refloresta, e pensando numa estruturação e
1362 implementação dessas florestas multifuncionais, nós vamos implantar alguns projetos pilotos,
1363 algumas unidades demonstrativas, tanto para pesquisa, monitoramento e difusão de modelos
1364 indicados pelas diversas regiões no estado, com essa estratégia de explicar e mostrar para aqueles que
1365 tenham interesse de que esse tipo de implementação ele funciona e vai trazer o resultado econômico
1366 e alguns proprietários enxergam nesse tipo de restauração. É trabalhar na restauração com a
1367 possibilidade de aproveitamento da floresta. Então a gente já identificou algumas áreas para essa
1368 implementação, nós estamos num caminho de buscar o financiamento, e também para poder trabalhar
1369 também muito na realização de pesquisa e capacitação e difusão desse conhecimento que vai ser
1370 gerado a partir da implantação desse tipo de projeto. É pensar na forma de como viabilizar, como foi
1371 feito no passado, a execução de florestas que tragam essa perspectiva de retorno econômico, você
1372 poder explorar de forma sustentável, plantar e manter a floresta em pé, mas podendo explorar

1373 economicamente essas florestas num manejo que seja o mais adequado possível dentro de uma
1374 perspectiva técnica. E aí entra também muito forte e foi contemplado também nosso PPA, o apoio a
1375 projetos por meio de pagamento de serviços ambientais. Isso está dentro do nosso PPA, essa
1376 perspectiva do Conexão Mata Atlântica e já desenvolve projetos nesse sentido, e essas ações serão
1377 continuadas, e serão amplificadas, inclusive com busca de parcerias privadas. Nosso objetivo é
1378 conseguir, já temos alguns interessados em discussão, em fomentar esse tipo de projeto, porque tem
1379 algumas empresas, por meio da questão da responsabilidade social que tem, enxergam isso como um
1380 caminho de privilegiar ou dar um foco ou olhar especial para aquelas comunidades mais fragilizadas.
1381 Então é pensar nesse caminho, nós já temos um trabalho feito pela Fundação Florestal, por exemplo,
1382 em relação à questão do Jussara, que eu acho que é um caminho excepcional e que a gente quer que
1383 esse tipo de projeto se torne em pé. E aí, o que a gente precisa trabalhar também nessa perspectiva?
1384 Por exemplo, no olhar da Jussara, é criar um mercado específico para que a gente consiga trabalhar
1385 em que, por exemplo, em uma comunidade quilombola, uma comunidade indígena, uma comunidade
1386 tradicional, tem uma produção sustentável e possa ter um mercado garantido ou tenha uma forma de
1387 trazer um arranjo em que eles consigam vender aquele produto diretamente para quem vai consumir,
1388 ou pode ser, por exemplo, uma rede de mercado, você vende, talvez aquela Jussara com selo, isso
1389 que a gente está discutindo, com o selo verde do estado de São Paulo, em que aquela produção é uma
1390 produção sustentável, desenvolvido por uma comunidade tradicional e que possa levar isso para que
1391 determinado mercado ou determinado interessado possa vender aquele produto com selo ambiental
1392 do estado de São Paulo. Então é pensar nessa estratégia, isso está sendo discutido, das economias que
1393 a gente pode gerar de produção local, de produção que possa trazer o benefício de trazer uma renda
1394 mais sem atravessador, que eu sempre falo do atravessador, é trazer uma renda suficiente ou que seja
1395 mais satisfatória para aqueles que produzem de forma sustentável e possa ter um mercado aberto para
1396 poder vender esses produtos produzidos por essas comunidades. E aí, é dentro do que vem sendo
1397 discutido e trabalhado, nós estabelecemos algumas estratégias, uma das estratégias, como já falei,
1398 criar unidades demonstrativas para pesquisa, inovação tecnológica e difusão, a gente quer que
1399 realmente a gente tenha parcerias para mostrar que o mercado de madeira legal ele é um mercado que
1400 pode se tornar sustentável do ponto de vista econômico e social. E aí nós temos alguns projetos e já
1401 tem indicados as unidades que vão fazer essa gestão dentro da Secretaria. O pessoal vem trabalhando
1402 e fazendo essa discussão interna e o detalhamento disso, por exemplo, algo que não está nessa
1403 estratégia, mas é algo importante e eu combinei com a Fundação de fazer uma divulgação e a consulta
1404 pública é em relação à minuta de resolução da Secretaria que estabelece regras para coleta e utilização
1405 de sementes em Unidade de Conservação, para a gente ter a disponibilidade de sementes de espécies
1406 nativas e possam gerar esse benefício esperado da produção de mudas no estado de São Paulo. Então,
1407 a minuta de resolução já foi oferecida pela Fundação, eu tenho alguns ajustes técnicos a realizar, mas
1408 nós vamos colocar em consulta pública pelo um prazo de pelo menos 30 dias para que a gente possa
1409 receber contribuição de todos nesse processo de construção dessa resolução, a gente acha que é
1410 importante ter essa colaboração externa, esse olhar externo, principalmente porque a gente sabe que
1411 as sementes, essas matrizes, sementes, pomar de sementes, faz com que projetos sejam viabilizados
1412 em decorrência da disponibilidade da semente, e como eu tenho colocado, é pensar desde o solo, de
1413 você recuperar aquele solo, a estratégia de olhar, ter o olhar direcionado para o solo, até enxergar
1414 aquela floresta em pé. Então, eu falo floresta pessoal, mas não necessariamente só floresta, né? A
1415 gente tem que pensar em arbustivas, ter pensar em gramíneas nativas, pensar dentro daqueles

1416 ambientes a questão da restauração. A gente fala floresta, que é o que normalmente a gente trabalha,
1417 mas tem essa estratégia de restauração, com olhar territorial e olhando para esse tipo de estratégia,
1418 apoiar a implantação das unidades, monitorar e explicar, e prospecção de potenciais unidades
1419 demonstrativas em áreas privadas, para com o objetivo de de fomentar esse tipo de ação. E aí, por
1420 trás disso tudo também, a gente vai ter que trabalhar do ponto de vista de arcabouço jurídico para
1421 trazer a segurança jurídica para você plantar a floresta e também poder explorar essa floresta, porque
1422 a gente tem enxergado, em algumas situações, alguma insegurança jurídica gerada ao longo do tempo.
1423 Então, trabalhar não só do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista jurídico. Em relação à
1424 estratégia dois, a questão do arranjo de financiamentos e incentivos econômicos. E aí tem diversos
1425 projetos sendo discutidos, o Biota Síntese, a equipe do biota síntese tem colaborado muito com esse
1426 processo também, com objetivo de buscar fontes de financiamento, e aí foi publicado um relatório
1427 recente com esse objetivo, está disponibilizado no site da SEMIL. Foi disponibilizado diante da
1428 publicação que foi feito para identificar e enxergar quais seriam as fontes de financiamento para que
1429 aqueles que tenham interesse em buscar, desenvolver esse tipo de projeto, consiga identificar
1430 oportunidades de financiamento e amplificação de projetos que sejam estruturantes. Então tem
1431 desenvolvimento de mecanismos de financiamento, realização de parceria com prefeituras para o
1432 PSA, como eu falei, é uma estratégia forte. Regularização e ampliação de Unidades de Conservação
1433 com compensação de reserva legal e concessão de áreas para restauração, identificação e qualificação
1434 dos serviços ecossistemas para projetos de uma forma geral, e logicamente, a ampliação do programa
1435 de PSA por meio de financiamento, tanto público como privado. E aí, a questão de fomentar a cadeia
1436 produtiva da restauração, é outra estratégia que está sendo discutida internamente e que nós contamos
1437 com o apoio de todos nessa estruturação, eu acho que é importante a participação daqueles que
1438 tenham expertise nessa questão da cadeia produtiva de restauração, que possam colaborar de forma
1439 efetiva nesse processo para a gente, principalmente, tentar reduzir o máximo possível as lacunas e
1440 gargalos, e trabalhar de uma forma muito acertada, consertada com todos os atores que se envolve
1441 com essa cadeia produtiva da restauração. E aí entra a estratégia de capacitação, entra a estratégia
1442 diagnóstica e produção de mudas no estado, o fomento de novas atividades profissionais relacionadas
1443 à restauração, porque a gente quer que outras formas de capacitação, outros mecanismos de
1444 estruturação desse tipo de cadeia sejam desenvolvidos ao longo do tempo. Além disso, voltando na
1445 lógica do Refloresta, fomentar cadeias de valor de produtos da floresta, e aí nós vamos implementar
1446 o aplicativo do Refloresta, agora em outubro, não é isso, Helena? Setembro. Então, agora em
1447 setembro nós vamos divulgar o Refloresta, o sistema, o lançamento do aplicativo, e vamos capacitar,
1448 explicar essa questão de como o Refloresta pode auxiliar nesses processos de projetos produtivos,
1449 consorciados, pensar nessa questão da criação do selo verde que eu falei para apoiar a
1450 comercialização dos produtos sustentáveis, promover estratégias de compras públicas e sustentáveis
1451 que já existe no estado, mas apoiar ainda mais esse tipo de estratégia, o diagnóstico e mapeamento
1452 de outras cadeias produtivas e novas oportunidades também de melhoria dessas cadeias e além disso,
1453 da modelagem de planos de negócios, porque a gente sabe a dificuldade de quem está trabalhando na
1454 ponta de ter um modelo que seja sustentável do ponto de vista econômico. Então, está em discussão
1455 isso também e é um desafio grande que a gente vai ter que trabalhar. Além disso, dentro da estratégia
1456 cinco, é o desenvolvimento da capacidade técnica e de gestão. E aí tem um olhar tanto para dentro
1457 como para fora da Secretaria, para que a gente consiga desenvolver projetos que tenham essa pegada
1458 de formar pessoas, de estimular a criação de pessoas que possam trabalhar nesse mercado, criar essa

1459 autonomia para que essas pessoas busquem o caminho para fomentar esse tipo de atividade no estado
1460 de São Paulo. Uma próxima estratégia é a promoção do uso de soluções baseadas na natureza e
1461 projetos de carbono. Isso também está sendo fomentado e discutido internamente, nós contamos
1462 muito com as experiências que venham. Eu brinco que nada se cria, tudo se copia, a gente já tem
1463 visto algumas experiências de outros estados, principalmente no norte do país, e a gente quer trazer
1464 essas experiências para o estado de São Paulo com objetivo de implementá-las. Então tem um
1465 trabalho forte das nossas equipes, mas sempre contando com apoio de vocês, eu acho que o apoio de
1466 todos os atores que possam contribuir nesse processo é fundamental para que a gente possa ter algo
1467 robusto, estruturado e funcional. E aí um ponto também que é relevante, é dentro desse trabalho todo,
1468 é trabalhar muito com a questão da comunicação e sensibilização de atores. A gente sabe, nós
1469 sabemos que a comunicação é um processo que tem que ser contínuo. É um processo que faz com
1470 que a gente consiga divulgar as informações que trazem o resultado que a gente precisa do ponto de
1471 vista, tanto de comunicar como de educar, e aí na situação de projetos que a gente tem aqui para
1472 estruturar essa comunicação, ela tem que ser transversal e tem que ser implementada de uma forma
1473 contínua dentro de uma estratégia de um plano de comunicação, então nós vamos trabalhar, ainda
1474 não começamos a desenvolver esse plano, mas um plano de comunicação bastante robusto, não só
1475 para o Refloresta, mas para demais temáticas que a gente já tem elencadas, e possam ser identificadas.
1476 Nós estamos reestruturando o site da Secretaria e a gente quer alimentar esse site com essas
1477 experiências exitosas, trazer essa transparência, e essa divulgação para que as pessoas enxerguem na
1478 restauração florestal um meio de vida e uma forma de trazer o benefício ambiental que a gente espera.
1479 E aí há uma estratégia oito, que é garantir a articulação interinstitucional, isso está muito associado
1480 ao gabinete da Subsecretaria. A gente precisa ter esse arranjo. A gente tem feito uma discussão ainda
1481 não da forma como gostaria, por conta das agendas que a gente tem, mais uma conversa muito
1482 próxima com a Agricultura, com o Itesp, com outros atores que possam nos ajudar a estruturar os
1483 modelos, por exemplo, de financiamento. Nós estamos conversando com o Investe em São Paulo
1484 para trabalhar no portfólio que eu falei no início da minha fala mais cedo, com objetivo de trazer
1485 parceiros privados na construção desses modelos e na implementação dessas ações que possam
1486 melhorar a restauração. Esses trabalhos de produção ambiental aqui no estado de São Paulo de forma
1487 muito firme. Então, basicamente, a apresentação era essa, colocar à disposição. Não sei se a Helena
1488 gostaria de falar algum ponto que eu deixei de falar, ou ou algum ponto que entenda que seja
1489 relevante. Acho que é importante.

1490
1491 **02:35:14 Helena Carrascosa:** Obrigada. Bom dia a todos. Não deixou de falar nada, só queria fazer
1492 alguns destaques que eu acho que são importantes para situar aqui. A primeira coisa que essas
1493 estratégias que o Jonatas mostrou são do nosso planejamento estratégico do programa Refloresta.
1494 Então a gente está construindo esse planejamento estratégico num trabalho colegiado que envolve
1495 todas as áreas aqui da Secretaria, a partir da identificação das oportunidades, aquela coisa clássica, a
1496 gente desenhou algumas estratégias e alguns projetos. Ele listou aqui, são 30 e poucos projetos, claro
1497 que não são todos de início imediato, mas para cada um deles estamos construindo metas com prazos,
1498 então a gente vai ter condição de fazer um trabalho que envolve muita gente, e as coisas são
1499 conectadas e a gente não perde essa articulação do todo. Eu queria destacar só umas coisas que acho
1500 que são importantes dentro do programa. 1 – É Olhar a restauração além da restauração ecológica,
1501 que tem sido a nossa área de atuação historicamente, pensar na restauração ecológica, agora a gente

1502 pensa na restauração ecológica, mas a gente não pensa só naquilo, a gente abriu um pouco aqui e está
1503 buscando modelos de restauração de paisagens, pensando num conceito mais amplo, que sejam
1504 capazes de gerar renda para o proprietário da terra, porque se a gente fala em restaurar 1,5 milhão de
1505 hectares, a gente está indo além da exigência da legislação de proteção da vegetação nativa. Então, é
1506 claro que, para que uma pessoa faça além daquilo que é exigido, ele tem que ver o interesse em fazer
1507 isso, se não a única pessoa que pode tomar a decisão de implementar uma ação voluntária de
1508 restauração, além do que a lei exige, é o proprietário da terra, mais ninguém, a menos que a gente
1509 desaproprie a terra e que não é a ideia. Então, trabalhando com esses modelos de florestas
1510 multifuncionais, de SAFIS, de sistemas silvipastoris, tentando fazer aqui a demonstração, que é uma
1511 coisa que a gente está muito convencido, de que é possível conservar a biodiversidade, o solo, a água,
1512 sequestrar carbono e gerar riqueza, gerar renda e tal. Então, olhando essa questão, a gente está
1513 pensando numa lógica de polo, porque a gente sabe que não adianta induzir ou incentivar alguém a
1514 implantar uma floresta se ele não sabe para quem que ele vai vender aquele produto que vai sair dali,
1515 quem vai beneficiar, para que mercado isso vai, então a gente está pensando nessa questão na lógica
1516 de polo regional, identificando oportunidades que existem no estado com espécies nativas, mas
1517 também com espécies exóticas, que convivam bem com nativas, é o caso da seringueira lá no noroeste
1518 do estado de São Paulo e outras espécies que não entram dentro desses modelos. O aplicativo que o
1519 Jonatas mencionou, que vai ser lançado agora em setembro, ele juntou um banco de dados muito
1520 completo, muito complexo, com a melhor informação disponível sobre as espécies, principalmente
1521 as espécies nativas. Informação ecológica, a área de ocorrência, onde ela se adapta ou não, como é
1522 aquela espécie, informação silvicultural, se a gente sabe quebrar a dormência, produzir muda, se a
1523 gente sabe manejar isso, e os dados de crescimento para aquelas que a gente tem, que as informações
1524 estão disponíveis, e a gente garimpou isso por aí, com o crescimento amarrado em dado climático,
1525 tal, para que a gente tenha melhor aproximação possível e dados econômicos, de custo de
1526 implantação, todas as operações que têm que ser feitas para implantação e manejo e a expectativa de
1527 retorno econômico. Isso, então, nosso aplicativo vai fornecer para qualquer um interessado, para
1528 qualquer lugar do estado, e é um instrumento a mais para apoiar a tomada de decisão. Sozinho ele
1529 não funciona. Se a gente não tiver esse olhar de tentar fazer essa organização regional, só informação
1530 não funciona. A gente sabe que se a informação fosse suficiente, ninguém fumava, e as pessoas
1531 fumam, mesmo sabendo que faz mal, né? Então, isso não é suficiente. A gente está trabalhando para
1532 construir todo esse arcabouço. E a outra coisa que eu acho que é legal de destacar, é que a gente ouve,
1533 lê toda hora, que tem um monte de dinheiro querendo vir para parar em floresta, tem um monte, todas
1534 as discussões do clima na COP tem, sei lá, bilhões que querem vir parar para financiar a floresta, e a
1535 área está lá e tem necessidade de restaurar e isso não está chegando. O que acontece? Não há hoje
1536 um instrumento econômico, vamos dizer, um mecanismo econômico financeiro que possibilite que
1537 esses recursos de fundos de impacto, recursos privados, cheguem na restauração. Então a gente está
1538 trabalhando aqui também, com o apoio do projeto Biota Síntese, no delineamento do que seria esse
1539 mecanismo, eu chego de uma máquina de moer dinheiro que seja capaz de pegar, captar recursos de
1540 diversas fontes, com diversas condições, recursos de investidor que quer algum retorno econômico,
1541 algum recurso do próprio estado, recurso de doação, recursos de fundos de impacto, e que esse
1542 dinheiro seja alocado para financiar projetos também de diferentes maneiras, projetos que tem retorno
1543 econômico, esse dinheiro vai ser emprestado para ser devolvido, de acordo com o fluxo de caixa do
1544 negócio, incentivos como PSA, seriam incentivos que o pagamento não é em dinheiro, mas é retorno

1545 em serviços. Então isso está sendo concebido, e acho que se a gente tiver sucesso nisso, a gente se
1546 sente mais apto a ter acesso a esses recursos que a gente ouve falar que tem por aí e nunca chegam
1547 no chão, a gente quer trazer isso para cá. Basicamente acho que era isso que eu queria destacar, e
1548 dizer que a importância da gente ter aquelas coisas que o Jonatas mostrou no começo, um sistema de
1549 registro de projetos, uma experiência de fazer a conexão de atores e um monte de coisas que a gente
1550 veio construindo ao longo do tempo, que ainda não conseguimos atingir uma escala, mas nos dá
1551 condição de pensar que esse salto de escala é viável. A gente, de fato, acredita nisso e esperamos que
1552 a gente tenha sucesso.

1553
1554 **02:42:09 Anselmo Guimarães:** Obrigado, subsecretário Jonatas. Agora vamos passar aos debates.
1555 Já tenho aqui, inicialmente inscrito, o conselheiro Fernando Prioste, também o conselheiro Gilmar
1556 Ogawa, o conselheiro Roberto tinha levantado, né? Roberto, Paulo Nelson, também o conselheiro
1557 Henrique Kefalás, quer fazer uso da palavra, então? Cris Murgel. Então, deixa eu só repetir, o
1558 conselheiro Fernando Prioste, conselheiro Gilmar Ogawa, conselheiro Roberto Resende, Paulo
1559 Nelson, Cristina Murgel, Henrique Kefalás, e o conselheiro Djalma também. Então vamos começar
1560 com o conselheiro Fernando Prioste, que tinha indicado inicialmente também para participar Eduardo
1561 Malta, também do ISA. Seja bem-vindo, Eduardo Malta, também do Instituto Socioambiental, por
1562 favor.

1563
1564 **02:42:35 Eduardo Malta (ISA):** Obrigado, boa tarde. Bom, eu queria parabenizar pelo belíssimo
1565 programa apresentado. E queria colocar aqui um pontinho que é muito importante. Eu trabalho com
1566 restauração Florestal no estado de São Paulo há 23 anos. E não parece, mas a gente viu uma mudança
1567 grande ali em 2014, com aquela resolução SMA 32, que mudou uma chave importante. E até aquele
1568 momento, restauração, ela era cobrada por projeto. O projeto técnico é aprovado, é bom, pronto, é
1569 aquilo que aí, se o cara implementou aquelas atividades que estava no projeto técnico, é aquilo que
1570 você fiscalizava. Em 2014 isso mudou. Ninguém precisa mais ficar olhando o projeto técnico e se
1571 foram cumpridas as atividades e o cronograma, a partir daquele momento a Secretaria de São Paulo
1572 estabeleceu os indicadores de sucesso. Então, que resultados você tem que atingir para falar que a
1573 restauração foi feita e está concluída. Então tem lá os três indicadores, a riqueza, a densidade de
1574 nativas e a cobertura de nativas. Atingiu ali 30 espécies, 3000 regenerantes e 80% de cobertura na
1575 floresta, se restaurou floresta. Isso facilita muito a fiscalização, porque não precisa ficar analisando
1576 o projeto e você garante que o resultado vai ser a restauração e não simplesmente uma nota fiscal de
1577 compra de mudas ou cronograma de atividades cumpridas. Entretanto, vários técnicos, a Cetesb,
1578 talvez do Ministério Público também, eles incorporaram isso, eles incluíram, ó, você tem que atender
1579 a SMA 32, mas eles não tiraram o que eles já recomendavam antes, então, eles continuam
1580 recomendando que tem que plantar muda, e naquele espaçamento, manter a área limpa. Eu tenho até
1581 um trecho aqui que eu gostaria de ler, é tirado de um TCRA assinado esse mês, onde a Cetesb escreve:
1582 “Seguir todas as orientações técnicas recomendadas para o plantio e condução do mesmo, aplicando
1583 todos os tratos culturais que se fizerem necessários, controle de formiga, irrigação, adubação, manter
1584 a plantação constantemente livre de plantas invasoras ou arbustos que possam prejudicar o
1585 desenvolvimento das mudas plantadas”. Em seguida, ele escreve: “Realizar todas as avaliações e
1586 atividades de monitoramento nos termos da resolução SMA 32 de 2014”. Se ele seguir a primeira
1587 recomendação de manter aquilo limpo, ele não não atinge as metas da SMA 32, porque precisa ter

1588 regenerante para ter até 3 mil indivíduos por hectare. Ele fica mantendo limpo, como toma a
1589 recomendação, ele não atinge o sucesso da restauração. Então queria pedir, a gente desenhar um
1590 processo para poder mudar e que eles parem de propor a técnica, e aí, deixar como está a norma de
1591 poder, cada projeto definir a sua técnica e todo mundo tem que entregar o mesmo resultado. Isso
1592 atrapalha demais o nosso trabalho. A gente trabalha com uma técnica que não planta mudas em
1593 viveiro, a gente, prioritariamente, planta sementes direto no chão, semeadura direta, muvuca de
1594 sementes, que também sustenta esse trabalho de várias redes de coletores de sementes em
1595 assentamentos, em terras indígenas, territórios quilombolas, então para a gente é importante que isso
1596 possa ser utilizado, que as pessoas possam usar, tanto o plantio de mudas como a semeadura direta,
1597 como a nucleação, e esse jeito de tratar, que eu acho que é simplesmente uma inércia de como era
1598 antes. Acho que não existe nenhum problema, uma dúvida técnica, mas essa inércia dificulta muito
1599 a gente poder fazer uma restauração melhor. E isso, aproveitando aí um último ponto, que é que pedir
1600 a isenção de ICMS para sementes e mudas nativas. Obrigado.

1601
1602 **02:47:08 Thomaz Miazaki de Toledo (Cetesb):** Bom dia a todos. A primeira intervenção aqui.
1603 Assim, a discussão técnica é bem-vinda. Do ponto de vista da Cetesb, a gente também está num
1604 momento em dar mais celeridade, tornar um instrumento de compensação, o Termo de Compensação
1605 TCRA, a forma como o pessoal chama, tornar ele mais executivo para que a gente consiga, de fato,
1606 acompanhar as atividades, a recuperação das áreas, sair do papel e acompanhar de fato os esforços
1607 de recuperação, se existem outras metodologias, eu acho que é uma provocação bem-vinda, de fato
1608 a gente está ainda replicando o modelo criado lá pela pela resolução lá atrás, então acho que é uma
1609 discussão bem-vinda, a gente vai poder absorver aí na sequência.

1610
1611 **02:48:03 Jonatas Trindade:** Essa é a importância de uma apresentação dessa, né? Que eu acho que
1612 todos sabem e entendem que esse tipo de colaboração técnica é fundamental, até para retroalimentar
1613 o processo. O processo está seguindo o caminho errado, que não deveria, e eu concordo com você,
1614 eu acho que a gente tem que rever. A Cetesb está aí representada pelo seu presidente, e eu acho que
1615 assim, trazer isso, inclusive, por escrito. Aqui fica registrado, mas eu acho que trazer até uma
1616 recomendação técnica, que é uma recomendação técnica, é importante para esse processo, pessoal.
1617 Nós não temos a solução mágica, nem somos o dono da verdade. Nós estamos aqui para construir um
1618 processo. Esse processo tem sido feito com várias mãos, envolvimento técnico primordialmente. Eu
1619 tenho acompanhado esse processo também nessa construção, até como forma de colaborar, mas nós
1620 não somos donos da verdade, nós estamos abertos a essa discussão, inclusive com objetivo de
1621 estimular isso que eu chamo de mercado, não sei se é melhor palavra, mas realmente pensar numa
1622 economia da restauração no estado de São Paulo, algo que se sustente, que tem esse apego, esse apelo
1623 ambiental e que traga também o benefício econômico. Então acho que tem uma forma de você, dentro
1624 do tripé, social, ambiental e econômico, trabalhar de uma forma muito clara nesse sentido, Thomaz.

1625
1626 **02:49:22 Thomaz Miazaki de Toledo:** A Cetesb está alinhada com a Secretaria nesse sentido, é até
1627 uma preocupação que surgiu dos próprios técnicos da Cetesb, que a gente tem nas agências, as 46
1628 agências espalhadas pelo território, a gente tem vários processos de TCRA antigos, às vezes com 20,
1629 30 anos, e é uma preocupação de fato, dos técnicos de como é que a gente dá uma baixa para essa
1630 obrigação que foi gerada lá atrás e, ao mesmo tempo, a gente afere o resultado de recuperação das

1631 áreas. Então acho que essa é uma preocupação, a gente fez um convênio também para buscar
1632 tecnologias que nos auxilie no acompanhamento das áreas, utilizando tecnologias com Imagem de
1633 satélite, e também temos conversado bastante com a Fundação Florestal para criar alguns mecanismos
1634 mais dinâmicos de recuperação, compensação florestal nas Unidades de Conservação.

1635
1636 **02:50:24 Anselmo Guimarães:** O conselheiro Daniel Smolentzov pediu também para fazer uma
1637 parte aqui nesse momento.

1638
1639 **02:50:28 Daniel Smolentzov:** Só fazer um complemento aqui, uma sugestão. Como o conselheiro
1640 falou que essa questão está colocada nos Termos de Compromisso de recuperação ambiental da
1641 Cetesb, mas também nos termos de ajustamento de conduta do Ministério Público. Então, se houver
1642 essa evolução dos instrumentos, a partir da análise aqui da Secretaria e da Cetesb, para que isso seja
1643 comunicado ao Ministério Público, até pelo nosso Termo de Cooperação Técnica, que nós temos com
1644 a instituição para melhoria do fluxo de informações. Então, no âmbito dessa cooperação técnica, para
1645 que seja preparado um documento pela Secretaria, o mesmo, encaminhar o processo onde houver
1646 essa discussão técnica e de aprimoramento do instrumento jurídico, que é o Termo de Ajustamento
1647 de Conduta em sentido amplo, com o nome que ele tem aqui lá, mas, enfim, o instrumento jurídico é
1648 o mesmo, é o Ajustamento de Conduta. Então, que esse aprimoramento de texto, que isso seja
1649 comunicado ao Ministério Público para que eles também avaliem de seguir na mesma linha que a
1650 nossa melhorando então o instrumento que vai ser firmado com particular para que haja de fato essa
1651 melhoria na restauração ecológica, que é o objetivo de todos nós. Fica essa sugestão.

1652
1653 **02:52:00 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro.

1654
1655 **02:52:02 Jonatas Trindade:** Anotado e anotado também em relação a essa questão da isenção do
1656 ICMS. Vamos estudar, conversar, temos que conversar com a Fazenda, tenho que entender, mas está
1657 anotado. Obrigado.

1658
1659 **02:52:12 Anselmo Guimarães:** Conselheiro Gilmar Ogawa.

1660
1661 **02:52:15 Gilmar Ogawa (Faesp):** Bom, a minha pergunta é bem simples. Considerando a área
1662 degradada ou a área alterada, quanto custa a restauração florestal por hectare no bioma cerrado e no
1663 bioma Mata Atlântica?

1664
1665 **02:52:29 Helena Carrascoza:** Bom dia, Gilmar. Não existe uma resposta única para isso, depende
1666 das condições do local, depende do quanto é fácil ou difícil executar alguma coisa. Se é mecanizável,
1667 se não é mecanizável, se é plano, se é uma área grande, se é uma área pequena, mas quando a gente
1668 fala em restauração ecológica, também depende do método de restauração que vai ser usado, do
1669 potencial de regeneração natural, não existe uma resposta só, existem várias questões a serem
1670 consideradas aí. No nosso aplicativo, a gente coloca lá um custo estimado para implantação, nesse
1671 que vai ser lançado, considerando quatro classes diferentes de relevo, e dois níveis diferentes de
1672 mecanização, que vai ser adotado pelo proprietário da área, e com isso a gente consegue dar uma
1673 estimativa do custo para implantar aquele projeto da floresta multifuncional. Dá para imaginar que o

1674 custo para implantar a restauração será parecido para a implantação, porque depois ali a gente tem o
1675 custo do manejo silvicultural, das não madeireiras, tem podas e tal, nas madeireiras tem desrama,
1676 desbaste, mas a gente vai fornecer ali uma planilha. Isso eu acho que é uma coisa legal, que serve
1677 para todo mundo, com todas as operações necessárias e a estimativa de tempo que se gasta na
1678 mecanização e quantas horas de serviço, para que fique fácil depois calcular esse valor, mas não há
1679 uma resposta única. Se você me perguntar se eu tivesse que fazer um número para pensar, numa
1680 escala macro, eu diria 25000 reais por hectare, sendo que há coisas, há lugares em que é muito mais
1681 fácil, muito mais barato e há lugares em que é mais difícil, será muito mais caro.

1682

1683 **Anselmo Guimarães:** Doutor Daniel vai complementar

1684

1685 **02:53:58 Gilmar Ogawa:** Eu tive numa Audiência de atendimento ambiental, e lá na ocasião, o
1686 técnico, acho que era da Secretaria do Meio Ambiente, impunha 54 mil reais por hectare. Você está
1687 falando que custa 25.

1688

1689 **02:54:30 Helena Carrascosa:** Não, isso é o cálculo que é feito para fins de conversão de multa, cada
1690 hectare restaurado, a bateria no valor da multa a pagar 54 mil reais. Isso é muito vantajoso, inclusive
1691 para quem faz a conversão de multa. Seguramente ele consegue fazer por menos se ele foi eficiente,
1692 e abate um valor maior da multa. Essa é uma vantagem para a pessoa, ninguém está cobrando dele
1693 esse valor, até porque a gente não faz serviço de restauração, ninguém vende esse serviço aqui, não
1694 é? É para efeito de cálculo da conversão.

1695

1696 **02:55:13 Gilmar Ogawa:** É, mas para quem vai fazer a restauração, ele tem que ter uma ideia de
1697 quanto ele vai enfiar a mão no bolso para pagar isso tudo.

1698

1699 **02:55:25 Jonatas Trindade:** Então, mas é por isso que o programa Refloresta vai auxiliar nesse
1700 sentido. Ele faz um cálculo considerando as condições, ele se adapta aquele projeto, aquele local e
1701 estima quanto é que vai custar aquela restauração e como é que ele vai explorar aquela área depois
1702 para frente, com o custo esperado de manutenção daquela área também, e o tanto que ele vai conseguir
1703 projetar a questão do retorno econômico.

1704

1705 **02:55:50 Anselmo Guimarães:** O conselheiro Daniel Smolentzov.

1706

1707 **02:55:58 Daniel Smolentzov:** Complementar dois pontos. Uma questão da conversão da multa,
1708 então como bem colocou aqui a Helena Carrascosa, esse valor é um valor que incentiva o proprietário
1709 a converter a multa em restauração ecológica na medida em que o valor que vai ser abatido da multa
1710 é um valor a maior do que aquilo que ele vai gastar efetivamente para fazer a restauração ecológica.
1711 Então o estado vai deixar de arrecadar esse valor da multa, mas o proprietário efetivamente vai gastar
1712 menos. Essa é a lógica. E uma segunda questão que eu queria reforçar, esse cálculo nós já tivemos
1713 muitos embates no âmbito do poder judiciário dessa estimativa do cálculo da restauração ecológica.
1714 Então o Poder Judiciário exigia que o estado apresentasse esse cálculo e várias consequências
1715 jurídicas nós tínhamos a partir dessa discussão. Então, nós conseguimos, num trabalho grande da
1716 Procuradoria Geral do Estado, um convencimento do Poder Judiciário nessa linha em que foi

1717 colocada aqui pela Helena Carrascosa, de que o custo da restauração ecológica, isso é um valor
1718 estimado, e um valor que essa estimativa é uma estimativa muito ampla. Então, o que nós temos que
1719 olhar realmente para o caso concreto, para os fatores que influenciam na restauração ecológica, para
1720 se chegar esse valor mais concreto. Então, hoje foi colocado aqui que nós estamos trabalhando nessa
1721 linha, de trazer diferentes métodos de restauração e cada um com o seu custo estimado em relação
1722 também aos terrenos e etc, mas sempre com essa ressalva que é importante, para que não haja um
1723 retrocesso nesse assunto, principalmente na defesa do estado de São Paulo, nessas ações, e mesmo
1724 quando as ações são propostas pelo estado de São Paulo, de nós voltarmos a essa questão dos custos
1725 sendo um ponto de discussão nas ações judiciais. Temos que trabalhar sempre no caso concreto,
1726 porque há uma, de fato, uma variação muito grande. Então, quando se coloca aqui que houve o
1727 aprimoramento para a valoração de quanto seria, que isso é uma estimativa, é um valor assim, por
1728 alto, para os proprietários terem apenas um norte de mais ou menos quanto eles podem gastar, mas
1729 longe desse valor ser um valor mais concreto de discussão efetiva, quando for o caso. Tá bom? Deixar
1730 essas duas ressalvas aqui registradas para que não haja uma volta há uma discussão que para nós, já
1731 está superada e, aliás, já é bem consolidada.

1732
1733 **02:58:58 Gilmar Ogawa:** Não, mas a dúvida permanece, não é? Quanto custa fazer a restauração de
1734 um hectare? Ter a noção. Então tem muitas variáveis aí...

1735
1736 **02:59:12 Daniel Smolentzov:** Essa resposta foi dada, conselheiro. Essa resposta foi dada, e eu acho
1737 que ela foi bem colocada pela Helena Carrascosa, de que essa pergunta ela não tem uma resposta
1738 objetiva. Então, por mais que o senhor queira, anseie por uma resposta objetiva, custa 25, custa 30,
1739 custa 50, custa 80. Ela não tem uma resposta objetiva, porque ela depende de muitas variáveis. O que
1740 nós estamos trazendo aqui é um norteador, então esse norteador, no passado até ele já foi mais amplo
1741 com o número que abrangia todo o estado de São Paulo, hoje há uma evolução do norteador, como
1742 foi colocado aqui, nós estamos trabalhando com algumas variáveis que trazem número já distintos,
1743 mas sempre com essa ressalva de que, mesmo com a melhora dos indicadores, esse número nunca é
1744 um número preciso, nunca é o número exato, e aí, quando for o caso de uma discussão concreta, esse
1745 número tem que ser visto no caso concreto e não usando como base esse esse indicador que nós
1746 estamos colocando aqui.

1747
1748 **03:00:52 Gilmar Ogawa:** Mas deveria ter um estudo aí, pelo menos que você tivesse uma estimativa
1749 em função, talvez, de uma faixa de valores. Pode variar de tanto a tanto. Eu acho que é importante.
1750 Desculpa, mas você vai comprar alguma coisa sem saber qual o valor daquele preço? Esse que é o
1751 problema, não é?

1752
1753 **03:00:53 Anselmo Guimarães:** Conselheiro Gilmar Ogawa, eu só queria pedir a compreensão, o
1754 regimento permite, no mínimo, duas intervenções por conselheiro. Como nós temos diversos
1755 interessados ainda para fazer uso da palavra, eu queria pedir a compreensão para a gente passar para
1756 a próxima fala. Por favor, presidente Jônatas queria fazer uma fala aqui.

1757
1758 **03:01:16 Helena Carrascosa:** Não, só reforçando isso, Gilmar. Mesmo nessa orientação que a gente
1759 vai dar, a gente toma como base de cálculo um quadrado de um hectare e fala: o estimado por um

1760 hectare é esse. O terreno onde isso vai ser implantado não é um quadrado de um hectare, então vai
1761 ser preciso que alguém pegue esse modelo e invista no terreno, e é nesse momento que a pessoa vai
1762 ver exatamente o que é que tem e ajustar esses valores para aquele terreno. É impossível fazer isso a
1763 priori, para uma coisa que sirva para qualquer lugar. A restauração não é como assim, eu vou comprar
1764 uma caneta, a caneta está aqui, é uma coisa que vai ser executada num lugar que tem condições
1765 determinadas daquele lugar que eu não posso prever de antemão, não sei o potencial de regeneração
1766 natural, não sei se o solo está adequado e se o solo está degradado, não está degradado, eu não sei
1767 qual é a declividade, é impossível fazer isso. Seria uma irresponsabilidade a gente chega aqui e falar
1768 que o custo é tanto, porque posso errar muito. E não é porque eu não sei, é porque é impossível fazer
1769 isso a priori. A faixa de variação é necessariamente muito grande, e isso vai ter que ser olhado no
1770 caso a caso, é como eu perguntar aqui se uma pessoa estiver doente, quanto custa o remédio? Aí você
1771 vai perguntar, o que ela precisa, de uma aspirina ou ela precisa de um transplante de coração? Qual
1772 é o custo do tratamento dessa pessoa? Não sei, não vi a pessoa não. Talvez o médico possa falar,
1773 olha, essa pessoa precisa de tal e tal tratamento, estimo o custo tal, mas eu não consigo fazer isso a
1774 priori, para qualquer doente. É essa situação.

1775
1776 **03:03:03 Anselmo Guimarães:** Eu queria só esclarecer, só pedir a compreensão de todos. Nós
1777 estamos vendo na tela algumas oscilações, parece que a gente está saindo de... mas, na verdade, fui
1778 informado aqui pela técnica que é apenas a nossa projeção aqui, que está tendo a sua oscilação. A
1779 transmissão e a participação online, a gente está mantendo. O meu computador acabou de oscilar
1780 aqui. Por favor, conselheiro Roberto Resende, por gentileza.

1781
1782 **03:03:27 Roberto Resende:** Primeiro, Helena, eu aqui vendo o projeto, acho que a gente, é
1783 interessante lembrar que a gente tem uma atuação profissional aqui, além de estar aqui como
1784 conselheiro e separar isso. A Iniciativa Verde, que eu estou representando, ela atua bastante nesse
1785 setor, então a gente pode até, eu queria até separar um pouco. Acho que essa visão que a gente, de
1786 trazer demandas, como Eduardo trouxe, eu queria propor assim, em primeiro lugar, o
1787 encaminhamento bem concreto aqui para o secretário Jonatas, a gente tinha até há algum tempo, um
1788 calendário de reuniões com o Programa Nascentes, tem muita, por questões específicas, não foi
1789 colocado, de postura da questão até cultural da Cetesb, de como é que lida com o TCRA, como é que
1790 entende o programa, esses mecanismos, de retomar essas reuniões, acho que tem assunto aqui para
1791 discutir com os restauradoras, sejam ONGs, sejam empresas, e ajustes e aprimoramento, manutenção
1792 assim, nos programas, com a Fundação Florestal, com Cetesb e com a coordenação do programa
1793 Refloresta e Programa Nascente, concretamente, acho que periodicamente é importante ter essas
1794 reuniões para ir aprimorando o fluxo. Acho que a gente tem bastante demanda aí, e o Universo seria
1795 assim, a gente fala pelo parque de restauração da Mata Atlântica, que não deixou de ser um “sindicato
1796 dos restauradores”, mas não é só ONG, não é só empresa então entra um pouco até da preocupação
1797 que o Gilmar colocou, porque a restauração é múltipla, tem desde o alto motiva, alto executada,
1798 questão judicial de licenciamento. Então, tem muitas variáveis envolvidas, mas com certeza tem um
1799 nicho que a gente tem o que discutir. A gente gostaria de propor essa atividade independente aqui do
1800 CONSEMA, para retomar com os atores, pelo menos quem está atuando entre o Programa Nascentes,
1801 e o Pacto pela Restauração, tem a Iniciativa Camisa Semente, a gente tem muita coisa pontual que
1802 não caberia discutir nesse colegiado agora. E num outro nível, mais caminhando por uma questão de

1803 política pública, talvez acrescentar na proposta alguma ideia de um tipo de Painel, como já tem um
1804 Painel Verde, para poder ter um acompanhamento dessas propostas e do andamento delas, a gente
1805 não tem um colegiado da restauração específico, mas pelo menos um instrumento assim, para que
1806 possa compartilhar mais essa questão do andamento das metas e tal, e até ligando com questão mesmo
1807 de política pública. Até a preocupação lá na apresentação que foi colocado os números dos SARE.
1808 Tem mais ou menos, pouco mais de 700 hectares dentro de 29 mil que são referentes à adequação
1809 ambiental. Então, assim, se a gente tem até 2050, aquele milhão e meio, é a preocupação do Painel,
1810 como é que está essa curva? É lógico que a gente está vendo muito, e eu pessoalmente, voltando, a
1811 gente, literalmente, vive disso e trabalha muito com a compensação dentro do licenciamento, mas a
1812 restauração não está aparecendo ali no SARE e nem é mais para aparecer, desde a mudança do Agro
1813 Legal, que é da adequação ambiental, como é que está indo? Como é que está evoluindo e o que pode
1814 ser feito para incrementar? Porque ela é praticamente metade da meta climática e do estado em termos
1815 de uso da terra. Então, um pouco essa proposta assim, primeiro é uma questão mais específica, não
1816 deixa de ser até um lobby, assim, uma demanda, turma da restauração, da gente retomar uma reunião
1817 bem objetiva a exemplo do que o Eduardo colocou, mas outras questões do tipo para discutir
1818 aprimoramentos, reajustes na restauração. E outro na questão de um Painel, algum instrumento mais
1819 estrutural, para a gente acompanhar a implementação dessas áreas propostas, que estão sendo bastante
1820 interessantes, tem reciclagem de coisas já em andamento, tem coisa nova, e é dinâmico mesmo. E aí,
1821 nesse sentido, só uma questão intermediária também, que acho que é a revisão da resolução 7, que
1822 faz tempo que a gente coloca dentro de demandas de restauração de Programa Nascentes, que tem
1823 um anexo dela, especialmente de hierarquização de priorização de áreas, que ao nosso ver hoje é um
1824 gargalo para a restauração, para levar o Programa Nascentes para o interior do estado, quando as
1825 áreas são baixa, muito baixa prioridade, média, muito baixa, isso afeta, e os projetos são drenados
1826 para ficar aqui na região do PCJ, na região metropolitana não tem Projeto Nascente, praticamente,
1827 porque não tem o que reflorestar acima de cinco hectares voluntariamente, então, tem ajustes na
1828 resolução que acho que a gente até poderia pautar nessa conversa, que se a gente, acredito que quem
1829 está trabalhando no setor teria contribuições e sugestões a dar. Obrigado.

1830
1831 **03:08:20 Jonatas Trindade:** Minha sugestão, o que eu acho que funciona. Pelo menos na prática, é
1832 trazer questões pontuais para discussão, porque se, por exemplo, se trouxer uma agenda muito grande
1833 perde o foco. Então assim, a gente pode ter uma agenda de trabalho em que a gente estabeleça, vamos
1834 discutir, sei lá, fazer uma reunião para discutir ICMS para semente e muda, a gente pode focar e fazer
1835 uma discussão. Se tiver uma proposta, trazer uma proposta e fazer essa discussão de forma muito
1836 específica. E aí, vê como é que a gente trabalha para atacar aquele ponto, porque se a gente pegar o
1837 todo, e aí a sugestão é que vocês trabalhem numa priorização daquilo que é mais relevante, mais
1838 importante nesse contexto, e a gente faz essa agenda de trabalho sem problema nenhum, muito pelo
1839 contrário. Eu acho que a gente acha muito importante porque ajuda mesmo, ajuda nesse processo e
1840 facilita o resultado que a gente espera. O que a gente quer é que realmente a restauração decole. Eu
1841 venho falando isso o tempo todo, a gente tem feito essa discussão interna, mas contar com o apoio
1842 de vocês, eu tenho colocado o tempo todo, é fundamental, mas eu acho que funciona se a gente definir
1843 quais são os pontos. Temos 10 pontos, qual que nós vamos priorizar? Esse aqui. Então vamos
1844 trabalhar nesse ponto e discutir, estressar e ver como é que a gente alcança ou avança nessa questão.
1845 Em relação à questão da revisão da resolução 7, estava falando aqui para Helena, que já foi feito um

1846 trabalho, falta só uma deliberação pela secretária, mas ela me pediu para que fosse explicado, estava
1847 combinando com a Helena fazer uma apresentação para a secretária para entender quais são as
1848 alterações para a gente publicar essa revisão. Tá? Essa questão do Painei, a gente pode trabalhar nesse
1849 Painei e a gente tem que fazer esse arranjo, que a gente tem uma questão de ter um acompanhamento
1850 interno, mas para dar maior transparência a esse processo também sem problema nenhum, só tem que
1851 ver como é que não vamos construir isso, né, Helena?

1852
1853 **03:10:18 Helena Carrascosa:** Acho que são duas questões: uma é acompanhar o trabalho do
1854 Refloresta. A gente com aqueles projetos, com as metas e tal, e aí acho que a resposta para isso,
1855 Roberto, é que o decreto que criou o Refloresta já disse que o CONSEMA é a instância de
1856 acompanhamento. Então acho que a gente tem que combinar, depois a gente vê qual a melhor forma,
1857 com o Jonatas e o Anselmo, como que a gente faz isso dentro dessa instância do CONSEMA. A outra
1858 questão que eu acho que é o acompanhamento das áreas em restauração, além daquelas que estão
1859 cadastradas no SARE, especialmente as áreas que virão lá do Agro Legal. E eu concordo com você,
1860 a gente precisaria ver o todo e acho que isso é uma coisa que tem que ser desenvolvida em conjunto
1861 lá.

1862
1863 **03:11:07 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Paulo Nelson do Rego, por favor.

1864
1865 **03:11:13 Paulo Nelson:** Primeiramente, parabéns pela apresentação. É realmente um trabalho
1866 hercúleo de juntar todos esses mecanismos e projetos, e que possam fazer que ele estejam sinérgicos
1867 e possam realmente se efetivar. A gente sabe que os tempos são diversos de cada fase, mas eu queria
1868 aqui trazer alguma contribuição no sentido de fazer um primeiro ponto: em que medida a restauração
1869 traz, promovida pelo estado, está sinérgica com as atividades do município? Falo isso porque assim,
1870 essa semana fui procurado pela Paula Mazzola, que fez um projeto de sementes dentro de argila. Fez
1871 o projeto com a prefeitura de São Sebastião, e parece que está tendo uma dificuldade de aceitar a
1872 colocação desse projeto porque o estado está em confronto com o município na forma de atuar. Estou
1873 dando um exemplo, não estou querendo discutir o projeto aqui em si, só estou trazendo isso como
1874 forma de elucidar, tá certo? Me parece, assim, que uma das questões fundamentais para que a gente
1875 possa ter recursos da iniciativa privada de forma voluntária, não imposta, porque o que é
1876 licenciamento, compensação, a gente já tem todo um mecanismo estabelecido em lei,
1877 aprimoramentos que são importantes, eu acho que o que o Eduardo trouxe é fundamental, de que as
1878 legislações não fiquem conflitantes para que a gente não possa realmente trazer as questões de uma
1879 forma passíveis de serem aceitas. Então, eu tenho tido algumas conversas no sentido de que o grande
1880 problema de termos projetos que sejam aceitos pelas pessoas que querem investir no meio ambiente
1881 é a credibilidade. Primeiro, a credibilidade de quem está aplicando e a certeza de que aquilo que está
1882 sendo feito pode efetivamente ser certificado por alguém. Não sei se ser certificado é o termo correto,
1883 mas ser homologado a gente precisa que esses projetos eles levem um selo, na medida em que eles
1884 sejam colocados de forma voluntária, porque hoje nós temos vários mecanismos, as empresas que
1885 são SG que está tão na moda e que muitas vezes a gente sabe que estão aí só por fachada e que a
1886 gente tem que procurar justamente caminhar para que elas sejam de forma efetiva e que o meio
1887 ambiente é que ganhe no final, não seja mais um papel para ser comercializado na bolsa, a gente tem
1888 a questão hoje colocada na legislação federal, que você prevê a possibilidade das empresas colocarem

1889 as atividades ambientais no seu balanço socioambiental e isso é uma rubrica financeira e, na medida
1890 em que só coloca um projeto desse quem tem a certeza do que vai fazer, um empresário não põe o
1891 dinheiro sabendo que amanhã ele pode ser condenado porque o plantio seguiu a SMA 32 e, na hora
1892 de fazer a implantação ele não cumpriu o TCRA que exigia uma situação totalmente adversa. Então
1893 eu acho que são questões extremamente relevantes que a gente precisaria trazer a meditação. Acho
1894 que a gente está aqui construindo e eu acho muito louvável que essa administração esteja abrindo
1895 esse espaço para que a gente possa conversar, e eu acho que o caminho é esse mesmo, mas eu acho
1896 que temos que pensar, dentro desses mecanismos todos, como é que se certificam, se esse traz isso
1897 de forma a garantir que as pessoas possam ter a tranquilidade de estar aderindo aos projetos de forma
1898 bem efetiva.

1899

1900 **03:15:37 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro.

1901

1902 **03:15:37 Jonatas Trindade:** É por isso que eu falei na minha apresentação sobre a importância de
1903 você ter uma amarração jurídica. O que a gente tem observado, pelo menos o que eu vi, a gente tem
1904 estudado, é que ocorreram iniciativas em alguns estados, e que deram problema no futuro, por
1905 exemplo, você vai plantar uma floresta com fins de exploração. Aí cria uma lei falando que agora tal
1906 espécie está protegida e que não pode mais cortar. Então, quer dizer, o benefício que você esperava
1907 e que você fez para poder fazer, plantar aquela floresta do jeito que você queria para produzir, deixou
1908 de ter o benefício. Então quer dizer, você teve só o custo, então essa amarração jurídica a gente quer
1909 trabalhar também, porque a gente já viu acontecer, principalmente no sul, mais pro sul do país,
1910 situações que geraram uma situação adversa, por assim dizer. E essa credibilidade que a gente tem
1911 discutido, realmente ter estruturado o projeto, por isso que a importância do envolvimento de todo o
1912 mundo para ter esses múltiplos olhares e a gente poder amarrar isso de uma forma muito clara, muito
1913 objetiva, com bases técnicas e legais para evitar esse tipo de coisa. Eventualmente vai ter que ser uma
1914 lei, não acho que uma resolução resolva, que possa ser revogada, então esse tipo de discussão que a
1915 gente tem feito também. Eu acho que é importante, sim, gerar essa credibilidade, pensar em
1916 certificado, homologação, só tem que ver o arranjo e tem que ser um arranjo normativo, acho que
1917 isso é fundamental.

1918

1919 **03:16:57 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Conselheira Cristina Murgel. Só estou chamando aqui
1920 pela ordem que eu anotei, e dos conselheiros titulares que estão aqui presentes na reunião. Depois eu
1921 retomo a rodada com os conselheiros suplentes dos que já falaram.

1922

1923 **03:17:11 Cristina Murgel:** Bom, primeiramente, parabéns, subsecretário, Helena. A gente sabe da
1924 importância do Refloresta e sabe o desafio que temos pela frente. A minha consideração vem muito
1925 em função dessa última fala. Eu acho que, em que pese ser projetos voluntários, e como foi dito na
1926 apresentação, e a própria Helena reforçou isso, a maioria desses projetos se dá em áreas rurais, dentro
1927 de propriedades e com a anuência do proprietário e, portanto, nós na Secretaria, acreditamos que a
1928 base, a regularização dessas propriedades é importante no sentido de, não basta ele ter um projeto
1929 voluntário, ele precisa estar regular, e é nesse sentido, Jonatas, que eu acho que as duas pastas, e nós
1930 já chegamos nesse momento, nesse amadurecimento na Secretaria, hoje nós temos cerca de 60 mil
1931 cadastros que foram retificados e voltam para análise de equipe. O que temos levado ao secretário é

1932 no sentido de estabelecermos estratégias dentro dos programas públicos, dentro das políticas públicas
1933 colocadas, onde vamos priorizar esse atendimento de forma que a gente possa entregar essa base, a
1934 regularidade dessa propriedade para que esses programas caminhem dentro de uma segurança
1935 jurídica. Essa é uma conversa que temos tido com alguns setores também que tem nos procurado no
1936 sentido de que há sim um interesse cada vez maior de fazer o além da lei, de fazer o voluntário.
1937 Porém, eu preciso saber o que é o mínimo para eu estabelecer essa régua voluntária. Então eu já
1938 coloco desde já a Secretaria para uma conversa nesse sentido, o que nós temos olhado dentro da nossa
1939 pasta é que isso não vai ser é um critério geral para o estado e isso deve ser específico para cada
1940 região, e isso nos ajudaria muito, porque daria um norte as nossas regionais, no sentido de por onde
1941 vamos atacar, o que vamos fazer primeiro. A gente vem de um movimento e de uma inércia dentro
1942 da Secretaria, de atender aquilo que estava judicializado. Obviamente, isso é prioritário e isso sempre
1943 vai furar fila. Mas não é só isso, a gente está sendo demandado por outras políticas que exigem que
1944 essa propriedade, tanto o programa de transição agroecológica, o programa Nascentes, quer dizer,
1945 não basta eu dar para ele um selo de que ele fez um projeto voluntário e quando ele olha lá, olha, ele
1946 não está regularizado. Então eu acho que é nossa obrigação e nosso dever entregar essa regularização
1947 para que essas políticas caminhe com segurança. Então, desde já coloco aqui a Secretaria para que a
1948 gente possa traçar juntos essa estratégia.

1949
1950 **03:20:23 Jonatas Trindade:** Esse trabalho, pessoal, também tem tido um acompanhamento da casa
1951 civil. Você não participou da última reunião, mas a gente tem uma cobrança da casa civil, tanto do
1952 ponto de vista de regularização fundiária, como do ponto de vista nessa pegada da restauração. Eu
1953 tive a oportunidade de conversar com técnicos da Secretaria, e ficamos de marcar uma agenda, de
1954 estabelecer uma agenda de trabalho com esse objetivo de avançar. Realmente, eu tenho falado isso
1955 para Helena o tempo todo, nós temos, eu acho que tem um alinhamento técnico muito positivo, pelo
1956 menos eu tenho visto nesse sentido com a SAA, para que a gente possa avançar de forma muito firme,
1957 e com a Itesp também nessa agenda, tenho certeza disso, pela forma como a gente tem discutido e
1958 participado desse processo junto à casa civil também. Eu acho que nós vamos caminhar bem, eu acho,
1959 não, tenho certeza disso.

1960
1961 **03:21:16 Anselmo Guimarães:** Conselheiro Djalma Weffort, ele que é suplente do conselheiro
1962 Roberto Resende, está online. Por favor, conselheiro.

1963
1964 **03:21:25 Djalma Weffort (Apoena):** Bom dia. Quero parabenizar, em primeiro lugar, a
1965 apresentação. Dizer que esse tema da restauração florestal é de significativa importância, em especial
1966 uma região que já foi praticamente devastada do estado de São Paulo. E o que eu gostaria de destacar
1967 nessa apresentação é ressaltar a importância da restauração do Cerrado. O estado de São Paulo já foi
1968 muito rico em Cerrado, ainda tem algumas áreas significativas. A gente sabe que a restauração do
1969 Cerrado é mais complexa, mas é possível fazer. Além do Cerrado, nós temos trechos importantes de
1970 transição de Cerrado e Mata Atlântica, que é possível usar técnicas especiais para você restaurar,
1971 como é o caso da nucleação que é importante, você ter espécies da Mata Atlântica nas nucleações de
1972 Cerrado. E um outro ponto importante, secretário, seria relacionado à coleta de sementes. A gente
1973 tem sentido essa dificuldade de coletar sementes fora das Unidades de Conservação. Então, esse é
1974 um tema, eu não tenho uma opinião formada, mas há uma queixa muito grande que a gente não tem

1975 semente de espécies nobres ou espécies clímax que possam compor os programas de restauração. E
1976 por fim, eu só encaminharia uma pergunta, que seria saber quais são as dificuldades ou os desafios
1977 para nós incorporarmos as terras devolutas do estado ou as reservas legais coletivas nos programas
1978 de restauração? E nesse caso, eu suponho que seria a restauração ecológica. Eu acho que com essa
1979 finalidade de atender a nossa meta de 1 bilhão de hectares até 2050 só, é um programa ambicioso.
1980 Nós temos que nos agarrarmos a ele, mas é essa meta ela apenas vai empatar a necessidade que nós
1981 temos de suprir o déficit da floresta estacional semidecidual, levando em conta os parâmetros do
1982 CDB, das Metas de *Aichi*. Então só isso já zeraria o nosso déficit, então estou dizendo isso, que é
1983 importante agarrar essa meta e ir em frente. E por fim, eu não pude falar no período inicial, saber
1984 quando que nós podemos retomar a votação dos Planos de Manejo na CTBio, que nós fazemos parte.
1985 Então seria isso.

1986
1987 **03:24:54 Jonatas Trindade:** Assim, em relação ao Cerrado, eu tenho insistido muito. Tem uma área,
1988 um bioma muito importante, realmente eu acredito muito nisso. Eu vim do Cerrado, então falo que
1989 são áreas que precisam ter um olhar especial. As técnicas de restauração, sabe que tem dificuldade.
1990 Por exemplo, acompanhei, eu acho que uma área mais difícil ainda, é a caatinga para restaurar. Eu
1991 tive oportunidade de acompanhar algumas restaurações e o grande desafio da caatinga era o bode,
1992 para vocês terem ideia. É impressionante, você plantava, muda, o bode ia lá e comia. E pode cercar,
1993 pode fazer tudo. Ele pula, ele apronta. É brincadeira, mas é sério. Então, no cerrado nós temos alguns
1994 desafios também, mas esse olhar e enxergar essa restauração, em especial, nas áreas de mananciais
1995 do Cerrado,, é fundamental. Essa questão de coleta de sementes fora das UCs tem que ser estudado,
1996 tem que ser avaliado, realmente tem que ver qual o tipo de arranjo, porque na verdade eu acho que a
1997 gente vai ter algum arranjo, vai ter algum apelo, se tiver algum estímulo econômico para quem
1998 proprietário da área e que tem uma reserva e que tem semente disponível, talvez pensar nesse arranjo,
1999 seja algo que possa trazer essa questão das sementes. Nesse primeiro momento, a gente está com um
2000 olhar muito para dentro das Unidades de Conservação, porque é algo que está na nossa governança,
2001 e era algo que vinha sendo discutido há muito tempo, mas não se chegava a um resultado, e o resultado
2002 agora está chegando com a proposta que já veio da Fundação Florestal. E eu tenho alguns pontos, do
2003 ponto de vista técnico, que eu entendo que tem que ser revisado, mas já conversei, acertei com o
2004 Rodrigo da Fundação de levar a minuta para consulta pública e por um prazo de 30 dias. Então, em
2005 breve nós vamos divulgar essa minuta. Em relação a esse olhar em relação às terras devolutas e
2006 reservas coletivas, nós vamos colocar nossa agenda para discutir isso. Então é muito importante essa
2007 colaboração que o senhor deu aqui nesse evento, nessa reunião. Não estava no nosso olhar pensar e
2008 olhar para as terras devolutas, e agora estão sendo consideradas. E reforçar mais uma vez, pessoal,
2009 acho que esse trabalho é um trabalho de todos. Vendo aqui a participação do IPA, o IPA tem muita
2010 experiência com olhar no Cerrado, olhar em um ecótono, olhar em Mata Atlântica, nessas transições
2011 que a gente enxerga aí na vegetação com a restauração. Tem publicações prontas já publicadas,
2012 publicações com espécies identificadas por bioma, por região que foram aproveitadas também para
2013 o Refloresta, que o Refloresta ele apresenta uma lista de espécies no sistema, no aplicativo que vai
2014 ser divulgado, uma lista de espécies recomendadas para serem plantadas em determinado local.
2015 Então, assim, a gente tem uma possibilidade de fazer um trabalho bem feito e realmente fortalecer
2016 essa economia da restauração no estado, então, Djalma, agradeço a colaboração nesse processo, e
2017 peço realmente, e vamos trabalhar com a proposta da Helena de trazer um Painel, na verdade, uma

2018 atualização desse trabalho que vem sendo feito, acho que é importante. Não sei se um Painel ou essa
2019 discussão em cada reunião, trazer aqueles pontos que vêm sendo debatidos e contando com a
2020 colaboração de cada um de vocês para esse processo avançar de uma forma muito forte. Internamente
2021 eu posso garantir para vocês que têm tido envolvimento de todas as equipes, não só de uma área, é
2022 de todas as áreas. Educação Ambiental, do IPA, da fiscalização, da UGP, da Fundação. Assim, são
2023 várias mãos trabalhando nesse processo. Equipe UGP tem capitaneado esse processo, coordenado, e
2024 eu tenho interagido também com o pessoal para tentar direcionar algo que traga essa robustez nesse
2025 processo. Então é isso, acho que finalizando, agora vou ter que sair daqui para ir para outro evento
2026 fora, mas colocar a Secretaria à disposição. Não sei se tem mais algum questionamento, algum ponto?
2027

2028 **03:29:25 Anselmo Guimarães:** Tem mais um escrito só, que é o conselheiro Henrique.
2029

2030 **03:29:35 Henrique Kefalás:** Boa tarde. Obrigado pela apresentação. É bem rápido meu ponto, é uma
2031 sugestão mesmo de complementação, porque acho que, de acordo com a área de atuação de cada um,
2032 a gente fica sentindo falta de algumas abordagens. Eu senti falta de ver uma previsão de uma atuação
2033 específica para as áreas de restinga no contexto de restauração. Esses são ecossistemas fundamentais
2034 no contexto da resiliência climática, da estabilização da linha de Costa, do enfrentamento aos
2035 processos de avanço do nível do mar, evitar a erosão costeira, então, são ecossistemas fundamentais
2036 que entrem nesse programa, nesse contexto, e que a gente consiga articular e, sobretudo, com os
2037 municípios, na perspectiva agora da gestão das praias urbanas pelos municípios para enfrentar,
2038 inclusive, os casos em que há necessidade de recuar construções e restabelecer a restinga a fim de
2039 salvarguardar os bairros, os ambientes urbanos nas cidades.
2040

2041 **03:30:35 Jonatas Trindade:** Não, isso está na discussão. Inclusive, a Fundação contratou uma
2042 profissional não só para a restinga, mas para, em especial para manguezal, para os manguezais, com
2043 o objetivo de ter uma estratégia estadual, com olhar especial para o litoral. Eu esqueci de comentar
2044 realmente na minha apresentação, a gente está considerando todos os biomas, os ecótonos, as áreas
2045 mais sensíveis com esse olhar, e aí a gente vai precisar desse auxílio de vocês, até para direcionar
2046 esforços, porque é muita coisa para trabalhar, pessoal, realmente precisa ajuda de vocês.
2047

2048 **03:31:16 Beloyanis Monteiro:** Quero parabenizar você e a Helena pela apresentação. Queria só
2049 reforçar um ponto que você tinha falado antes da gente montar um grupo de trabalho e discutir.
2050 Conforme o Henrique falou, são vários pontos, e a gente teria a oportunidade de trazer assessoria
2051 também para fazer um debate mais qualificado. Então, só para reforçar esse ponto.
2052

2053 **03:31:36 Jonatas Trindade:** Estamos à disposição, se você já puderem indicar, quem pode colaborar
2054 com esse processo, eu acho que assim, os eixos, se puder indicar por eixo, pode ser mais de uma
2055 pessoa. Acho que funciona melhor, né Helena? É a minha sugestão.
2056

2057 **03:31:49 Beloyanis Monteiro:** Não, legal. A gente tem interesse, a minha Instituição, de a gente ter
2058 um representante nosso que trabalhe com esse tema.
2059

2060 **03:31:55 Jonatas Trindade:** Lógico, totalmente aberto. Essa expertise que você já tem é muito bem-
2061 vinda, está totalmente aberto para trabalhar e é o que eu falo, a gente não tem um modelo fechado, e
2062 muito pelo contrário, você fala, ó, não tá bom, vamos pensar em outro modelo, nós vamos trabalhar
2063 em outro modelo. Não tem apego a modelo. Tanto nesse sentido que nós mantivemos todos os
2064 programas que vinham sendo desenvolvidos, sso já sinaliza que a intenção é se há algo bom, a gente
2065 vai continuar. Se algo não está legal, nós vamos mudar, é isso.

2066
2067 **03:32:29 Anselmo Guimarães:** Secretário, antes de já encaminhar para a conclusão, estou aqui com
2068 Carlos Henrique, ele é assessor da deputada Marina Helou. Ele tem um recado aqui, ele gostaria de
2069 fazer uma contribuição em nome da deputada, se o plenário permitir, tudo bem?

2070
2071 **03:32:47 Carlos Henrique:** Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer só esse espaço e fazer uma
2072 sugestão. Bom, também parabenizar pela apresentação, a gente tem acompanhado já desde do
2073 primeiro mandato da deputada Marina, contribuímos, inclusive, com uma parte do processo, Helena?
2074 Prazer em vê-la aqui. E eu só faço a sugestão de que, como tem naquela estratégia sete, de
2075 comunicação e sensibilização, a sugestão é que a Secretaria elabore, estabeleça um protocolo para
2076 que todo mundo possa ter clareza de quais são os caminhos, como que se encaixa e quais seriam as
2077 etapas, ou processo, ou a linha de atuação em cada uma das situações possíveis. Isso facilita para todo
2078 o público que é envolvido, interessado ou obrigado a implementar, e isso também facilita a
2079 comunicação e até o entendimento de todos. Obrigado.

2080
2081 **03:33:49 Jonatas Trindade:** Naquela linha lá de comunicação, está a questão da estratégia, primeiro
2082 de construir um plano de comunicação, e aí entram todas essas estratégias que possam favorecer a
2083 comunicação, tanto interna como externa. Esse plano não foi desenvolvido ainda, mas está já
2084 levantado como algo importante e vai ser trabalhado. E contar com a colaboração de quem já tem
2085 expertise até na forma de chegar, por exemplo, na população local, porque o apelo local é que vai
2086 fazer toda a diferença no avanço. Vídeo Conexão Mata Atlântica, que a população já conhece
2087 localmente, alguns locais, e sabe que aquilo é um projeto bom. Então vender entre aspas o projeto no
2088 sentido positivo e trazer com que a população se aproxime do estado, se aproxime da iniciativa
2089 privada para apoiar esse tipo de projeto e garantir esse tipo de projeto, e a comunicação faz parte
2090 dessa estratégia.

2091
2092 **03:34:48 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Ficamos então aqui com todos os debates pela
2093 brilhante exposição de todos, subsecretário, Helena, muito obrigado. E com isso, só convidando a
2094 todos a participarem, acompanharem os trabalhos do CONSEMA. Amanhã discutiremos o
2095 licenciamento municipalizado na CT Processante, no dia 11, Logística Reversa, CT de políticas
2096 públicas, dia 25 a gente finaliza, provavelmente, a agenda de logística reversa. Então, com isso, eu
2097 agradeço pela participação de todos. Nos vemos na próxima plenária, no dia 27 de setembro. Tenham
2098 todos uma ótima tarde. Obrigado pela participação.